

COLEÇÃO
Ingluagem 11

Primeira edição
Rio de Janeiro, 1957

Segunda edição
Livros de Portugal,
Rio de Janeiro, 1970

Terceira edição
Presença/MEC
Rio de Janeiro, 1979

Quarta edição
Presença/INL
Rio de Janeiro, 1986

SERAFIM DA SILVA NETO

História da Língua Portuguesa

4ª edição

EM CONVENIO COM O
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA



PRESENÇA
RIO DE JANEIRO
1986

Capa
Heraldo B. Lisboa

Índice de palavras de
A. G. Cunha
Índice onomástico de
Raimundo Barbadinho Neto

FIGHA CATALOGRÁFICA

SS86h
Silva Neto, Serafim, 1917-1960

História da língua portuguesa / Serafim da Silva
Neto. — Pretácio / Silvio Ella. — Apresentação / Celso
Cunha. — 4. ed. — Rio de Janeiro : Presença : [Brasília] :
INL, 1986.

(Coleção linguagem, 11)

1. Filologia portuguesa. I. Instituto Nacional do Livro.
II. Série III. Título.

CDD — 469
CDU — 806.90

ISBN 85-252-0008-5
Foi feito o depósito legal

PRESENÇA EDIÇÕES
Rua do Catete, 204 - Grupo 302 - Tel.: 225-1947
22.220 Rio de Janeiro, RJ

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

À MEMÓRIA DE
JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

OS ROMANOS (séc. III a. C.)

1 — Levados pelas circunstâncias políticas, os Romanos envolveram com as suas invencíveis legiões a Península Ibérica. Para governá-la começaram por dividi-la em duas províncias: a Ulterior e a Citerior.

Na Ulterior ficavam os Vettones (pelo menos em parte), os Lusitani e os Callaeci. Na Citerior viviam os Celiberi, os Carpetani, as frações dos Oretani que demoravam ao norte do *saltu Castulonensis*, os Arevaci e os Vaccaci.

Mais tarde, provavelmente no ano 27 d. C. ⁽¹⁾, a experiência da terra e da gente levou-os a separar, na Ulterior, as duas regiões dissemelhantes que a compunham: a Bética, cujo adiantamento a tornava quase uma segunda Roma, e a Lusitânia, onde a romanização só lentamente ia penetrando.

Nesta conheciam-se três grandes circunscrições chamadas *conventus*: o de Pax Julia (pacense), o de Emerita (emeritense) e o de Scalabis (escalabitano). É das mais complexas a questão das fronteiras desses *conventus*.

2 — O *pacense* limitava-se, ao ocidente, com a Bética e com o *emeritense*. A fronteira passava, em geral, pelo rio Anez ⁽²⁾ até meia distância entre Elvas e Badajoz, e, daí por diante, por uma linha sinuosa que, depois de seguir o curso do Sever, vai encontrar-se com o Tejo. Mas é certo que em dois pontos, ao menos, havia um encravamento da Lusitânia na margem esquerda: trata-se de Serpa, que estava ligada à cidade de Arrucci (na Bética) por uma estrada na

(1) Vj. Albertini, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, Paris, 1923, pág. 26.

(2) Trata-se do Guadiana, que é, aliás, forma espanhola, influída pelo árabe.

qual ficava a estação de *Fines* (3) — desse nome se vê que o limite entre as duas províncias passava cerca de 20 milhas a leste do Anas. (4).

2a — O *escalabitano*, que ocupava a região de entre o Tejo e o Douro, lindava com o *emeritense*. A raia era constituída pelo primeiro daqueles rios, até as proximidades de Alcântara, e daí para o norte por uma linha quase reta, que atravessa a serra de São Mamede e segue os vales do Eryes, do Tourões e do Águeda. Assim a estabeleceu o grande hispanista Emilio Hübnér (5).

Albertini (6) considera a satisfatória, no conjunto. Mas faz-lhe uma correção, estabelecendo a fronteira entre o escalabitano e o emeritense sensivelmente a oeste da hispano-portuguesa de nossos dias, fã-la passar pela serra da Lapa, pela extremidade oriental da serra da Estrela e pela serra da Gardunha até encontrar-se com a serra de São Mamede.

3 — Seja como for, é das mais plausíveis a conjectura de Hübnér (7), segundo a qual a Lusitânia se dividia em duas dioceses: uma que compreendia o convento emeritense, e outra que abrangeria os demais. E já antes deles Ursin (8) sugeriu que a província estava dividida em dois distritos: Lusitânia, com Olisipo, Vettonia, com Emerita. Divisão talvez mais de fato do que de direito, embora, como assinala Manuel Torres (9), houvesse uma nítida cesura, sobretudo na administração financeira, entre a região propriamente lusitana e os Vetões.

4 — A conquista dos Astures e dos Cantabros vai trazer uma situação nova. Os Astures foram incorporados à Lusitânia e os Cantabros foram anexados à Citerior.

(3) Tratar-se-á de Vila Verde de Ficalho: cf. Thouvenot, obr. cit. pág. 165 n.

(4) Albertini, obr. cit., págs. 39-40, com o que está de acordo Thouvenot, obr. cit., pág. 165. Por aí se vê que não cabe razão a Leite de Vasconcelos (*De terra em terra*, II, pág. 221) quando diz que Serpa ficava na Bética.

(5) Vj. o *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, págs. LXXXVII e 781.

(6) Vj. a obr. cit., págs. 102-103.

(7) *La arqueologia de España*, S 113, C.I.L. II, pág. LXXXVII; Albertini, obr. cit., página 49.

(8) Vj. *De Lusitania provincia romana*, Helsingfors. 1884, pág. 147. Albertini, obr. cit., pág. 116 n.

(9) In *Historia de España*, dir. por Menendez Pidal, II, pág. 373.

O ribeiro Astura (hoje Esja) separava, na parte inferior do curso, os Astures dos Vaccæi; e aí ficou sendo o limite entre a Lusitânia e a Citerior. Mais ao norte o limite atingia o mar no estuário do rio Sella, que separava os Astures dos Cantabros (vj. A. Schulten, *Los Cantabros y Astures y su guerra con Roma*, 1943, pág. 30).

Pouco depois, o limite da Lusitânia foi estabelecido no Douro e os Callæci incorporados à Citerior. Mas é provável que tal separação, feita apenas com a finalidade de manter tropas numa zona ainda insegura, não desligasse culturalmente essas regiões. A separação seria apenas administrativa; mas na realidade persistiria entre elas íntima articulação, pois é notório que o movimento romanizador do noroeste parte, precisamente, da Bética e da Lusitânia.

5 — A região que compreende a Astúria e a Galæcia, que já vimos densamente povoada pelos ambro-ílirios, e constituía um grupo na cultura céltica peninsular, formava uma unidade: a principio diocese da *Hispania citerior* e depois província à parte (provavelmente em 216 d. C.).

Nos tempos de Caracala houve uma reforma. Ao que pensa Mispoulet, consistiu no seguinte:

Nous sommes ainsi amenés à supposer que la réforme a consisté simplement à détacher de l'*Asturia* le territoire militaire de Léon pour l'annexer au district tarragonais." (10)

"Il faut arriver au régime de Constantin pour trouver un document qui atteste, d'une façon certaine, la constitution de l'ancien district en province indépendante. Il y a en effet, à ce moment, un *praeses* qui réside à Astorga, ancienne capitale de l'Asturie. Quel est son titre? *praeses Gallæciae*. A partir de ce moment le nom *Asturiae* ne sera plus accolé à celui de la Gallæcia que, seule, donne son nom à la province, ainsi qu'on peut le constater en parcourant toutes les listes connues des provinces romaines." (11)

"C'est peut-être là aussi l'origine de la séparation, à l'époque des rois barbares et du moyen-âge, de Léon et des Asturies." (12)

(10) J. B. Mispoulet, *Transformations de l'Espagne pendant les trois premiers siècles de l'empire romain*, in *Revue de Philologie, de Littérature et d'Histoire anciennes*, XXXIV, página 326.

(11) Idem, pág. 327.

(12) Idem, pág. 328.

6 — Essa hipótese, que atribui unidade à Galiza e às Astúrias, adapta-se, pelo menos, a uma realidade cultural e étnica. Tão funda era ela, que ainda hoje o rio Sella, que as separava da Tarraconense, é o importante limite entre fenômenos fonéticos tão característicos como a permanência do *f* — ou a sua transformação em *h*. Menendez Pidal comenta: "El limite de *f* y *h* hacia las fuentes del rio Sella es, pues, un limite antiquísimo y estacionario, o casi estacionario." (19)

O estudo dos traços culturais também demonstra que essa região formava uma unidade. O Prof. Krüger, em minucioso trabalho de campo, apontou estreitas relações entre Trás-os-Montes e as partes de Galiza e Zamora com que se limia ao norte. E mais: viu na região do noroeste ibérico uma *estructura fundamental comun* — *eine gemeinsame Grundstruktur* (20).

A casa e o mobiliário, a vida e os trabalhos domésticos, os instrumentos e as atividades agrícolas — em suma: as formas e manifestações de vida de todo o noroeste são tão surpreendentemente idênticas, no fundo, que podemos falar, com acerto, numa zona cultural essencialmente uniforme (21).

O que distingue a essa cultura, que se estende do norte de Portugal até as Astúrias, são traços eminentemente arcaicos, os quais, como acentua Krüger, têm fundamento histórico (22).

7 — Os Romanos modificavam o menos possível as unidades territoriais que encontravam. Isso mostra a habilidade deles, porque mudá-las, ou alterá-las profundamente, de certo provocaria susceptibilidades e inconveniências, que trariam protestos: assim se complicaria a administração. Igualmente respeitaram as sub-divisões (*pagi*), que eram unidades ainda mais precisas: quer pela configuração geográfica, quer pela constituição étnica.

Victor Chapot, referindo-se aos conventos jurídicos, pensa que os seus habitantes "hèrent par contracter, grâce aux assistes périodiques, aux rendez-vous d'affaires, une manière de solidarité morale, que renforce l'autorité..." (23).

(19) *Orígenes del Español*, 2ª ed., pág. 229; I. Rodrigues-Castellano, *La aspiración de la "H"* en el oriente de Asturias, Oviedo, 1946; A. Galmés de Fuentes e D. Catalán Menéndez-Pidal, *Un límite lingüístico* (na *Rev. de Dialectología y Trad. Pop.*, II, 1946, págs. 196-239). Estudou os limites da Galiza nos séculos IV e V, sob o aspecto administrativo, Casimiro Torres, nos *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XIV, págs. 367-383.

(20) *Die nordwestiberische Volkskultur*, in *Wörter und Sachen*, X, pág. 137.

(21) *Idem*, *ibidem*.

(22) *Idem*, *ibidem*.

(23) *Vj. Le monde romain*, 1938, pág. 185.

Mas, embora lhe possamos dar, em parte, assentimento, pois a divisão romana de certo contribuiu para uma unidade maior, o fato é que ela já era, em si, uma consequência de estreitos laços pré-romanos.

8 — Cada *conventus* se dividia em certo número de *civitates* (24), palavra que designava os territórios que perfaziam aquele.

A *civitas*, como salienta Albertini (25), é a célula, a unidade elementar do mundo romano. É um ser concreto, com território delimitado, personalidade e autonomia.

O número das *civitates* ibéricas é muito maior do que o da Gália romana o que, em territórios quase iguais, significa que a área daquelas era menor do que a destas.

Os limites das *civitates* estão intimamente ligados a razões geográficas, étnicas e econômicas: por isso o grande número de *civitates* hispânicas é a consequência de causas físicas e étnicas, independentes da vontade imperial (26).

9 — Longe de dividir para dominar, os Romanos buscavam agrupar para administrar. Assim é que, mais ou menos sistematicamente, procuram criar um centro urbano para cada *civitas*. É o caso, por exemplo, de **Igueditania*, nome do centro urbano da *civitas Igueditanorum*, sendo *Igueditani* nome étnico.

Infelizmente muito pouco se sabe das *civitates* da faixa ocidental. Com relação ao *conventus* bracarense, diz-nos Plínio que se compunha de vinte e quatro *civitates*. Para além do Douro conhecemos algumas: *civitas Baniensium* (27) em Trás-os-Montes, por exemplo. A *civitas Aruorum* (28) ficava ao pé de Mariava. A *civitas Aemniensium* (29) tinha porventura o seu centro em *Aemnium*, a que corresponde a Coimbra portuguesa.

10 — É notável, por exemplo, o esforço de Augusto no sentido de desenvolver entre os hispanos o gosto da vida urbana. Nas cidades que ele mencionou, as classes dirigentes eram constituídas pelos cidadãos mais ricos, partidários entusiastas do regime romano. No tempo de Claudio e de Vespasiano

(24) *Vj. La Gaule Mérovingienne*, pág. 60. Só pouco a pouco é que o sentido de *civitas* se restringiu a designar a circunscrição urbana. Convém ler, a respeito, o artigo de Leite de Vasconcelos, *Evolução sematológica da palavra cidade*, em *Portucale*, IV, 1931, pág. 3-5.

(25) *Obr. cit.*, pág. 105.

(26) *Obr. cit.*, pág. 106.

(27) C.I.L. II, 2477 e 5616. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, II, pág. 77.

(28) C.I.L. II, 429. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, II, pág. 77.

(29) C.I.L. II, 5239. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, II, pág. 77.

fazem-se novos e grandes esforços no mesmo sentido: e, como acentua Rostovzeff, com a criação de novos municípios nos territórios das tribos e clãs semi-civilizados se promoveu o nascimento de uma aristocracia romanizada, composta na maior parte de antigos soldados que, durante o serviço militar, assimilaram a civilização dos Romanos⁽²⁴⁾.

II — Algumas *civitates* de que só temos conhecimento muito posteriormente aos tempos romanos devem, no entanto, remontar a eles. Será, por exemplo, o caso da *civitas* de *Anegia*, abundantemente documentada entre os anos de 875 e 1090 — e depois sepultada no mais completo silêncio.

Estendia-se por uma área razoável, pois, começando⁽²⁵⁾ na parte superior do rio Ferreira, conglobava o curso inferior dos rios Tâmega e Sousa e depois, passando o Douro, ia terminar pouco mais ou menos na metade do rio Paiva, adentro já da Beira. Em outras palavras: a fronteira de *Anegia* principiava nas proximidades do Ferreira, pouco acima de Vandorna⁽²⁶⁾, passava depois por Marcos e Soalhães e daqui descia até Sande, no Douro, por onde se alongava até à foz do Sousa, e, entrando por ele, chegava até à confluência do Ferreira.

O território de *Anegia* era, portanto, cortado pelos rios Ferreira, Sousa e Paiva, servindo o primeiro de limite com o território de *Portucala*; e ainda outros menores, como o de Ladrões, o de Sardoira, etc. O Douro dividia em duas partes desiguais o território, ficando a maior na actual região de Entre-Douro-e-Minho e a menor na da Beira. Que esse território era muito antigo, vê-se do próprio nome, plausivelmente céltico (*An-egia*), o que combinaria com a celticidade de *Tameobrigus*, deus Iustitiano lá venerado⁽²⁷⁾.

12 — Quanto às *civitates* dos *conventus* pacense e escalabitano, nada sabemos. Esses territórios foram vasallados pela dominação árabe, o que, por força, vem tornar mais complexos os problemas de limites. E, ainda assim, a questão das divisões entre os vários compartimentos étnico-geográficos era das

(24) Cf. a *Historia social y economica del Imperio Romano*, I, pág. 111 e 224.

(25) Tudo o que dizemos acerca da área da *Anegia* é tomado a Pedro de Azevedo in *O Archeologo Português*, IV, 1898, págs. 193-5. O território está hoje compreendido principalmente entre os concelhos de Penafiel e Marco-de-Canaveses (no norte); e entre os concelhos de Cinfães, Castelo-de-Paiva e Aroura, pertencentes aos distritos beirões de Aveiro e Viseu (no sul). Cf. pág. 195.

(26) Este topónimo é, acaso, de origem germânica: Vj. Sachs, *Die germanische-Ortsnamen in Spanien und Portugal*, 1932, pág. 41.

(27) Vj. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, II, págs. 319-321.

mais complexas, pois nem sempre as fronteiras naturais — rios ou montanhas — separavam as tribos.

13 — Em suma: os Romanos encontraram a Península Ibérica muito desunida, pois além da variedade étnica, a difícil estrutura geográfica contribuía para a fragmentação. Procuraram, sempre, agrupar as tribos em grandes unidades; mas nunca lhes foi possível conseguir as grandes *civitates* da Gália. E assim a Hispânia ficou sempre dividida em três províncias, mais ou menos condicionadas a fatores geográficos e étnicos.

A respeito das complexas divisões e sub-divisões da Hispânia, cumpre consultar: A. Pereira de Figueiredo, *Das diversas divisões que os Romanos fizeram em Espanha* (in *Mem. da Ac. Real das Ciências de Lisboa*, IX, 203-7); F. P. Garofalo, *Sull'amministrazione delle Hispaniae* (in *Bol. de la Historia XXXVI*); Ursin, *De Lusitania provincia romana*, 1884, 1900; Kornemann, *Die Entstehung der Provinz Lusitanien* (in *Festschrift Hirschfeld*, 1907, pág. 271, e ss.); Hubner, C. J. L. II, pág. LXXXV-LXXXVII; F. Braun, *Die Provinzialteilung Spaniens in römischer Zeit*, 1909; W. Wallrafen, *Die Einrichtung und kommunale Entwicklung der römischen Provinz Lusitanien*, Bonn, 1910; Mispoulet, op. cit.; E. Albertini, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, 1923; M. Pidal, *Historia da España*, II pág. 387; C. H. Sutherland, *The Romans in Spain*, 1939.

14 — Depois de incorporado um território, começava, intensa e metodicamente, o movimento de assimilação dos indígenas.

A romanização era uma força de poder irresistível, que em pouco tempo obtinha resultados extraordinários. Aqui, como alhures, a mudança cultural está condicionada a certos fatores psicológicos: e entre eles é de importância capital a maior ou menor *permeabilidade* do grupo.

O prestígio dos Romanos impunha-se às populações vencidas e conquistadas. Prestígio que não era só o da invencibilidade das armas, mas que abarcava todos os traços da civilização helênica, que eles transpuseram e adaptaram.

Além disso, na Península Ibérica, como alhures, eles não se defrontavam com uma população coesa, ligada por fortes laços de consciência nacional — mas com tribos mais ou menos esparsas, e separadas por ódios muitas vezes intransponíveis.

15 — Há que distinguir três fases no contacto entre as tribos hispánicas e os romanos:

- 1 — a da *expectativa*: as duas culturas estão frente a frente, na iminência dos fenómenos aculturativos;
- 2 — a da *marginalidade*: os homens participam das duas culturas; são bilingües. Essa fase tem importância capital, porque é nela que se imprimem as características próprias da Hispânia romana. É aqui que se forma o sotaque hispânico e que resistem alguns traços da cultura pré-romana;
- 3 — a da *vitória* da cultura romana; a língua e os costumes, graças ao impulso que lhes dá o Cristianismo, penetram e envolvem todo o território.

O conflito de culturas está mais patente aos olhos da primeira geração. Os novos encontram-se diante das pautas culturais dos antepassados e, por outro lado, em face das novas realidades. Chocam-se, desartre, o prestígio da tradição e o prestígio da moda — aqui representada pela superior civilização dos adventícios.

Os jovens encontram-se, por isso, em presença de dois comportamentos: o de um mundo que ruiu e o de um mundo que nasce. É natural que escolham este último, embora, aqui e além, mantenham costumes mais arraigados, que só se desfazão de todo nas gerações seguintes.

Nos casos de casamento misto, é ainda mais patente o conflito entre a cultura de um e outro progenitor. O indígena é maior número de vezes a mãe — e é através dela que se mantêm alguns traços culturais dos povos pré-romanos.

16 — É muito importante no processo da romanização o contraste entre a cidade e o campo. Os centros urbanos, em que se concentrava a civilização romana, tornavam-se depois focos de onde lentamente se irradiava a romanidade para a periferia.

O campo, ao contrário, levava uma existência isolada, preso aos labores da terra — profundamente ligados à tradição. É natural, portanto, que só lhe chegassem os ecos das profundas e largas transformações que se operavam nos grandes centros.

17 — Era enorme o prestígio da nova civilização aos olhos dos povos conquistados. Além disso, é preciso contar com a habilidade dos Romanos, que procuravam associar os nativos ao governo das províncias e, longe de levá-los a uma absorção pela força, asseguravam a ordem, construíam excelente rede de comunicações, em suma, estabeleciam uma organização administrativa exemplar. Não admira, pois, que todos aspirassem à cidadania, privilégio que os habilitava a casar, herdar e comerciar sob a proteção das leis romanas. E não só: abria-lhes as portas das carreiras do serviço público: funcionários, oficiais, procuradores e, finalmente, governadores.

18 — Depois de vários passos preparatórios, coube a Caracala, em 212, suprimir as últimas barreiras entre vencedores e vencidos, estendendo o direito da cidadania a todos os homens livres do Império. Com isso, como bem observou o poeta Rutilio Namaciano, fez uma pátria com as mais diversas e variadas gentes.

Era tão grande o entusiasmo pelos costumes romanos que os indígenas orgulhosamente adotavam nomes como *Caius Julius Cornelius Albinus*, para substituir os *Eporadix*, os *Canalus*, os *Coronerus*...

19 — Entre os mais importantes fatores de difusão da cultura romana, contava-se a vida militar, pois à roda dos sítios em que as legiões estacionavam, se estabeleciam contactos e intercâmbios que iam desde os tratos comerciais até as ligações com as mulheres da terra. Para ter-se uma ideia destas últimas, basta recordar que Tito Lívio fala em 4.000 bastardos nascidos das uniões de soldados romanos com as mulheres hispánicas (28).

Por outro lado, o recrutamento de soldados indígenas para servir nos exércitos romanos contribuía não só para a romanização deles como do próprio país, visto que, tornando às terras, após o serviço, constituem, eles próprios, poderosos e eficazes agentes. Tornavam-se ainda, como observa Möhl (29), fatores de unificação e nivelação dialectal, porque conviviam com indivíduos de todas as nacionalidades, em contacto freqüente com as autoridades, os chefes, enfim, com os delegados do governo central.

(28) "Alia novi generis hominum ex Hispania legato venit. Ex militibus Romanis et ex Hispanis mulieribus, cum quibus conubium non esset, natos se memorantes, supra quattuor milia hominum, orabant, ut sibi oppidum, in quo habitarent dederunt". (43, 3, 1-4).

(29) *Introduction à la chronologie du latin vulgaire*, 1899, pág. 169.

20 — Não foram os Lusitanos as armas infensos. Deles, já existe memória do exército de Anibal; e, mais tarde, vamos encontrá-los integrando numerosas coortes das forças romanas, tais como:

- I — *Cohors Augusta praetoria Lusitanorum equitata*, que em 86 acampava na Judeia e depois passou ao Egipto. Compunha-se de 505 homens.
- II — *Cohors I. Lusitanorum* que no 1.º e 2.º séculos tinha guarnição na Panônia.
- III — *Cohors Lusitanorum Cyrenica*, assinalada em 99 e 105 na Mézia inferior.
- IV — *Cohors I Lusitanorum*, acampada no Alto Egipto.
- V — *Cohors II Lusitanorum*, componente do corpo de exército da Lusitânia.
- VI — *Cohors III Lusitanorum equitata*, estabelecida na Germânia inferior e depois na Panônia inferior.
- VII — *Cohors III Lusitanorum equitata*, talvez a mesma, já agora anexada às tropas da Lusitânia.
- VIII — *Cohors VII Lusitanorum equitata*, que fazia parte da guarnição da Numídia no 1.º séc., mas que na centúria seguinte aparece na Récia. É possível, porém, que retornasse à África.

Sabemos, pelas inscrições, que havia coortes lusitanas na Sardenha e na Cária: falanos, porém, número de ordem.

Particularizando ainda, podemos citar alguns corpos de habitantes bracaraugustanos. São eles:

- I — *Cohors I Bracaraugustanorum*, aquartelada na Dalmácia no início do Império, passou depois à Mézia inferior.
- II — *Cohors I Bracaraugustanorum* — esteve na Dácia.

21 — Se dedicamos tanto espaço à enumeração dos corpos de soldados lusitanos e bracarenses que estacionavam longe de suas terras, é porque, como já dissemos, tal fato apresenta grande importância na difusão de traços culturais. Ao tornar aos seus rincões, esses homens traziam novas experiências, novas técnicas, novos objetos — o que vale dizer, novas palavras.

Já Dauzat observava o papel romanizador das legiões: "...: les légions, avec les commerçants qui gravitaient autour d'elles, furent le grand instrument d'échanges linguistiques entre le latin et ses voisins" (20).

22 — Os agrupamentos humanos da Hispânia romana podem assim classificar-se:

- 1 — povoações de núcleo indígena, o que se cogge dos nomes delas e dos achados arqueológicos, e os castros que chegaram a ser romanizados, como a citânia de Britérios;
- 2 — povoações novamente fundadas ou restauradas, como *Caesarobriga*, *Augustobriga*, colônia *Augusta Emerita*, colônia de *Metellinum*, ou transferidas de outros locais;
- 3 — acampamentos militares ou castros que ao depois se tornaram cidades;
- 4 — estabelecimentos termais e industriais, por exemplo, *Aquae Flaviae*, o *metallum Vipascense* (pré-romano e depois romanizado), a cuja roda se concentrava copiosa população;
- 5 — villae e aedificia que coalhavam todo o território.

23 — A vida urbana atingiu, entre os Romanos, notável grau de perfeição. A tal ponto que, apesar de diferenças de tamanho, população, riqueza e importância político-social, todas as cidades do Império mais ou menos se pareciam (21).

Graças a aquedutos de técnica muito aperfeiçoada, dispunham de água corrente, até mesmo no sobrado das casas. As praças e as ruas eram bem pavimentadas; carnes e peixes abundavam nos mercados. Grandes e formosas termas permitiam aos cidadãos banhar-se diariamente, enquanto ginásios e palestras tornavam possível a prática de exercícios desportivos. Templos e altares, disseminados pela urbe, satisfaziam às necessidades religiosas. Belos e imponentes edifícios adornavam a cidade: a *curia* (sede do senado local), a *basilica*

(20) Cf. La *Géographie Linguistique*, pág. 202.

(21) A este respeito há rica bibliografia; vj. entre outros: R. Cagnat, *Carthage, Tingad, Tébessa et les villes antiques de l'Afrique du Nord*, Paris, 1912; R. Thouvenot, *Volubilis*, Paris, 1949. Para as cidades da Bética, vj. a grande obra de R. Thouvenot, *Essai sur la province romaine de Bétique*, Paris, 1940. No que toca ao território português, vj., além das obras citadas de Leite de Vasconcelos: A. Mesquita de Figueiredo, *Monuments romains du Portugal*, 1913 (sep. da Revue Archéologique); A. Souto, *Romanização no Baixo-Pouga*, 1942; Vergílio Correia, *Cominbriga* (folheto descritivo).

(tribunal), teatros, circos, estádios, anfiteatros, bibliotecas, *auditoria* para declamações e leituras públicas, galerias de pintura ⁽²²⁾.

24 — Dentre as aglomerações urbanas da faixa ocidental, devemos salientar *Balsa*, perto do mar, *Myrtilis*, sita na margem direita do rio Anas, certamente em estreitas relações comerciais com a *Bética*, *Olisipo Felicitas Julia*, cidade de tão grande importância que se considerava a segunda capital da provincia; *Pax Julia e Eborac*; *Cominbriga*; a capital dos *Igediani*; *Bracara Augusta*; *Aquae Flaviae*... Não importa que umas fossem velhas povoações que assimilaram a civilização romana, enquanto outras eram o resultado da colonização dos venedores.

As toscas ruas dos indigenas se sobrepe a sólida construção romana. As rudes casas circulares, cobertas de colmo ou de lousa, succede a casa romana, com o seu conforto, a sua pedra talhada, o seu ladrilho artistico, as suas telhas planas ou curvas. Assim os adobes, os pedriscos e o barro cedem à argamassa: a vida urbana floresce onde dantes vegetavam os castros.

25 — No território a que hoje corresponde Portugal, existem as ruínas de uma cidade romana, abandonada no século V, por causa da invasão dos suevos. Trata-se de *Cominbriga*.

Como se vê da terminação — *briga*, a cidade romana se sobrepe a um *castro*, do qual as escavações encontraram alguns vestígios. Capital do centro do país, *Cominbriga* foi, nos tempos romanos, um activissimo foco de civilização, à margem da estrada de Olisippo a Bracara.

Os Romanos lá se estabeleceram no século II a. C., levados, certamente, pela situação geográfica privilegiada em que estava a povoação indigena. Construíram uma grande cidade, a que não faltava esplendor: além dos prédios públicos, havia suntuosas residências particulares. Um aqueducto, edificado ao longo de três quilómetros, trazia água em abundância.

A respeito desta notável cidade lusitano-romana escreve o Dr. Vergilio Correia, que dirigiu os trabalhos da escavação:

"Se, sob o ponto de vista construtivo, os edificios descobertos em *Cominbriga* revelam conhecimentos técnicos e estéticos superiores, sob o aspecto decorativo eles não ficam atrás do que se encontra na área mais civilizada do império romano. Os pa-

(22) Para tudo isso, vj. Rostovtzeff, ob. cit., I, págs. 270-4; Jean Colin, *Les antiquités romaines de la Rhénanie*, Paris, 1927; A. Garcia y Bellido, *Esculturas romanas de España y Portugal*, Madrid, 1949, 2 vols.

vimentos são aqui, segundo o costume, cobertos de mosaico mono, bi e policrômico, de desenho geométrico, rectilíneo e curvilíneo, com "emblemas" engastados nos centros ou nos ângulos das composições.

Quer pela riqueza ornamental, quer pela beleza e perfeição dos motivos e figurações, os mosaicos da *Cominbriga* excedem, em globo, quanto se conhece, do mesmo género, em Portugal, demonstrando pela sua extensão, a plena acceitação, da parte dos luso-romanos, da cultura greco-latina que tornara a arte do mosaico indispensável complemento do conforto luxuoso da habitação. Alguns desses mosaicos apresentam, ao lado dos motivos geométricos, figurações animalistas, com aves, peixes e feras, cada qual em sua reserva, ou dispostas entre essas reservas; animais, comuns ou exóticos, como o elefante e o camelo; e criações fabulosas. Entre os "emblemas" há que salientar algumas cabeças, masculinas e femininas, e illustrações de Mitologia, alusivas a Sileno e a Perseu.

As aventuras de Perseu, Orfeu, Baco e Hércules deram largo contingente de assunto aos ornamentistas do mosaico". (in *Congresso do Mundo Português*, I, 1940, 544).

26 — A rápida difusão do latim estava directamente ligada ao prestígio dos conquistadores. O latim era a lingua official: e assim, nenhum documento público era escrito em lingua indigena. As ordens do governo só se transmittiam em latim. As moedas que andavam em todas as mãos, os marcos miliários onde todos pousavam os olhos, as inscrições que se liam em todas as partes, só veiculavam o latim. O latim era a lingua dos tribunais, vale dizer, aquela em que se fixava a maior parte dos atos civis, como, por exemplo, os testamentos.

As novas técnicas acarretavam, como natural consequência, a adoção do latim; os métodos de administrar, os processos técnicos, as tendências artisticas, nada disso se apreendia cabalmente sem a utilização do vocabulário latino que as designava ou descrevia.

27 — Os soldados e os comerciantes foram grandes propagadores do latim. Os mercadores circulavam infaingivelmente através das estradas, levando aos agrupamentos urbanos as novidades da cultura romana. Assim foram veículos de expansão linguística, pois com as *coisas* iam as *palavras* que as nomeavam.

Da maior importância, como difusor da civilização romana, é o teatro ⁽³³⁾, pois ele consiste, em última análise, na representação da vida, por meio de personagens que dialogam. Assim, as peças punham diante dos olhos dos que não sabiam ler, o vivo quadro dos costumes e da mentalidade dos Romanos.

28 — O traço mais nítido e saliente do estrangeiro é a língua, ou o modo de exprimir-se num idioma que não é o seu. Por esse motivo, nas cidades, a cobrigada cidadania romana acarretava a necessidade de falar a língua latina com a perfeição requerida.

O latim era meio de distinção e ascensão social. Por isso, o mais perfeito veículo de assimilação, o que, de certo modo, resumia e completava os outros, era a escola.

A escola integrava os meninos indígenas na tradição do grupo latino, conferindo-lhes a tradição escrita da sua cultura. Ao sair dela, o jovem estava inteiramente assimilado: adquirira a mentalidade de um Romano.

29 — Não admira, por isso, que estivesse no ânimo dos próprios conquistadores ⁽³⁴⁾ a fundação e difusão das escolas. Sertório deu o exemplo, ao instalar em Osea, na Hispânia, a primeira, destinada ao ensino dos indígenas; logo encontrou quem o imitasse em Hispali, Córdoba e em outros agrupamentos urbanos ⁽³⁵⁾. Em Itália, na florescente Bética, temos notícia de uma escola, onde, ao parecer, os alunos estudavam a *Eneida* ⁽³⁶⁾. No distrito mineiro

⁽³³⁾ A respeito do teatro greco-romano e dos problemas relacionados com ele, v. Margaret Bleber, *The history of the greek and roman theater*, Princeton, 1939.

⁽³⁴⁾ O imperador Adriano interessava-se largamente pela instrução nas províncias. Antonino Pio conferia honores e salaria aos rettores e aos filósofos nelas residentes: C. Barbagallo, *Lo Stato e l'istruzione pubblica nel impero romano*, 1911, págs. 137 e 47.

⁽³⁵⁾ Meyer-Lübke, *Die lateinische Sprache in den romanischen Ländern*, no *Grundriss der romanischen Philologie*, de Gröber, I, 2.ª ed. 1906, pág. 454.

⁽³⁶⁾ V. Budinsky, *Die Ausbreitung der lateinischen Sprache über Italien und die Provinzen des römischen Reiches*, 1881, pág. 72. Os grammatici latini costumavam ler, explicar e comentar as traduções de Livio Andronico, as peças de Terêncio, as obras de Vergílio e Horácio, fragmentos de autores contemporâneos. Conhecemos grammaticos africanos (Vitorino, Cariso, Pompeu, Prisciano), gauleses (Consêncio, Agrécio), gregos (Rulíno): cf. Marguardt, *La vie privée des Romains*, trad. por V. Henry, I, 1882, pág. 125 e H. I. Marrou, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, Paris, 1949, págs. 3-26; *Histoire de l'Éducation dans l'Éducation dans l'Antiquité*, Paris, 1950.

de *Vipacum* (Aljustrel, Portugal) havia, pelo menos, uma, como se depreende da *lex Metalli Vipacensis* que parece datar do tempo de Adriano ⁽³⁷⁾.

Na Gália, a Narbonense está a frente. Em Lugdunum são lidos os escritos de Plínio, o moço. Em Augustodunum, já nos tempos de Tibério (14-37 d. c.) estudam os filhos dos nobres gauleses. No século IV, há escolas célebres em Toulouse, Besançon, Poitiers, Bourdeaux e Rheims ⁽³⁸⁾.

Até na África e na longínqua Panónia há notícia delas ⁽³⁹⁾.

30 — Os jovens provinciais que orgulhosamente se freqüentavam exerciam, nos seus lares e no seu círculo de relações, profunda e larga influência. Sobre todos pairariam sempre as excoimunhões gramaticais que chegaram até nós através do elenco de formas erradas, conhecido como *Appendix Probi*. Assim, alto e bom som se proclamavam os direitos de *vetulus* contra *uechus*, de *pecten* contra o nominativo vulgar *pectinis*, de *avus* contra *aus*, de *frigida* contra *fricida*, de *ansa* contra *asq*, de *auris* contra *ortila*, de *amygdala* contra *amídala*, de *soeris* contra *soera*, de *nobiscum* contra *noscum*. Especial cuidado se dedicaria a extirpar, como raízes daninhas, pronúncias e expressões regionais ou vulgares: e alguns exemplos desse esforço chegaram até nós. Pompeio advertia "Iambadacismus scaten Afrī: raro est, ut aliquis dicat!". Consêncio censurava os gauleses, isto é, os cidadãos romanos da Gália: "Galli pinguius hac utuntur, ut cum dicunt *ite*, non expresse ipsam proferentes sed *inter* e *et* i *pinguiorem* sonum nescio quem ponentes".

Servio, comentando as *Georgicas*, acentuava a diferença entre *latine* e *vulgo* "Latine *asilius*, vulgo *tabanus* vocatur" (3,147) e Sto. Agostinho, de-certo lembrando-se dos seus começos, pois fora *grammaticus*, ensinava: "quod vulgo dicitur *ossum*, latine os dicitur" (in Palm. 138, 20) ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁷⁾ Cf. Barbagallo, obr. cit., pág. 57.

⁽³⁸⁾ Cf. Meyer-Lübke, obr. cit., pág. 454.

⁽³⁹⁾ Cf. Meyer-Lübke, obr. cit., pág. 454.

⁽⁴⁰⁾ Não cabe aqui citar os vários estudos acerca dos grammaticos latinos. Bastará no entanto lembrar Lambert, *La grammaire latine selon les grammairiens latins du IV^e et du V^e siècle* 1908, e o importante artigo de H. Millaescu, *Grammatici latini si barbarismu*, in *Buletinul Institutului de Filologie Romina Alexandru Philippide*, VI, 1939, págs. 76-77. — Traduzido para o português por M. de Paiva Boleto e Victor Buescu, *O Barbarismo, segundo os grammaticos latinos*. Em apêndice: *Textos de Consêncio e de Sto. Isidoro*, Coimbra, 1950, 54 páginas.

31 — Como se vê, é da mais alta relevância o papel social e lingüístico do gramático, pois a sua actividade representa pujante força de conservação. O seu ensino segue o modelo dos clássicos; dos mestres que imprimiram as obras consideradas perfeitas e acabadas. Assim o gramático se tornou o mais eficaz representante do espírito romano: zeloso e fiel mantenedor das normas da língua. Era um poderoso dique contra as tendências evolutivas da *deriva*: (41) mantinha luta constante contra desvios da pronúncia, alterações morfológicas, semânticas ou sintácticas; policiava rigorosamente as palavras e expressões baixas ou regionais.

A escola provincial deu em resultado que o latim das classes que a frequentavam se manteve de sabor arcaizante, ao gosto de Plauto e Cação, enquanto na Itália e em Roma a língua ia seguindo o seu caminho. Assim se explica, em parte, o carácter purista e arcaico da literatura do mundo romano.

32 — Tudo isso nos mostra que nas aglomerações das cidades eram intensos os focos de vida romana. Novas e mais adiantadas técnicas faziam progredir velhas indústrias: a das minas, a olaria, a ferraria, a pequena indústria doméstica. Para cobrir as casas, as telhas romanas (*tegulae, imbrices*) substituíam o colmo e a pedra dos antepassados.

As cidades hispánicas punham-se em contacto com o Império romano: os produtos de seu solo ou de suas indústrias circulavam por todo o mundo conhecido (42).

Não admira, pois, que sejam numerosos os vestígios do esplendor romano: em *Bracara* um templo, fontanário e inscrições, em *Conimbriga* (Condeixa) muralhas, mosaicos e esculturas, em *Collipo* (Leiria) mosaicos, em *Scalabis* (Santarém) esculturas e inscrições, em *Olissippo* notícia de um teatro e duas termas, em *Ebora* um belo templo, dos mais notáveis da época, um arco e muitos objetos d'arte, em *Pax Julia* (Beja) outro arco, e capitéis, cerâmica, inscrições, em *Ossonoba* (Faro) notáveis termas, em *Balsa* (Tavira) esculturas, lápides epigráficas, cerâmicas, vidros e bronzes.

33 — Tudo isso se tornou possível, em breve espaço de tempo, graças ao admirável meio de aproximação e domínio que representava a rede viál construída pelos Romanos. Aos toscos e primitivos caminhos das tribos, substituiu-se confortável e sólida estrada, cuja importância e eficácia melhor se compre-

(41) Vj. a *Introdução*, pág. 15-6. n.

(42) Vj. a este respeito, o livro de M. P. Charlesworth, *Trade Routes and Commerce of the Roman Empire*, Cambridge, 1926.

ende se atentarmos em que a topografia da península tornava difíceis e penosas as comunicações. Mesmo os rios, "esses caminhos que andam", não facilitavam os contactos, porque se estendiam por trechos irregulares, e corriam apertados entre fráguas e despenhadeiros.

Assim, as primeiras estradas peninsulares foram construídas pelos Romanos; e de tal sorte concentraram as actividades de tribos esparsas, que de alguns cruzamentos se desenvolveram núcleos cidadãos, como, por exemplo, o de Viseu — que ainda hoje se mantém — e Vila Seca de Armamar — que a ação do tempo destruiu e fez esquecer (43).

Elementos vários, tais como testemunhas dos autores clássicos, inscrições e a toponímia, mostram-nos quatro centros da viação romana: em *Caesar Augusta* (Saragoça), *Asturica Augusta* (Astorga), *Bracara Augusta* (Braga) e, sobretudo, em *Emerita Augusta* (Mérida).

De *Ossonoba* partia uma estrada para *Salacia*; de *Baeturis* duas para *Pax Julia* (por *Balsa*, *Ossonoba*, *Ebora*, *Serpa*; e por *Myrtis*); de *Olissippo* três para *Emerita* (por *Equabona*, *Caetobriga*, *Salacia*, *Ebora*, *Dipo*; por *Arrium*; e por *Scalabis*); de *Olissippo* uma para *Bracara*, que coincidia, em parte, com a precedente; de *Bracara* quatro para *Asturica* (por *Aquae Flaviae*; pela *Geira*; por *Tude*; por *Vicus Spacorum*) (44).

34 — Onde se vê que a espinha dorsal, no que toca à faixa ocidental, era a estrada que seguia ao longo do litoral atlântico, não muito distante dele, ligando *Iria Flavia* (Santiago de Compostela) a *Bracara Augusta* e, passando por *Cale* (Porto), *Conimbriga* (Condeixa) e *Scalabis* (Santarém), *Olissippo* (Lisboa), atravessava a região a que hoje corresponde o Alentejo, indo por *Salacia* (Alcácer do Sal), *Ossonoba* e *Baeturis* (Castro-Marim). Desse eixo partiam transversais, como sejam a de *Bracara* a *Asturica*, as de *Scalabis*, *Olissippo* e *Salacia* a *Emerita*, e de *Salacia* a *Hispalis*, passando por *Pax Julia* (Beja) (45).

É óbvio que elas não eram contemporâneas umas das outras: os mais antigos militares ascendem aos primeiros anos de nossa era; os mais modernos são quatro séculos mais novos.

(43) Vj. Amorim Guimarães, *Geografia de Portugal*, pág. 364. A respeito leia-se ainda o substancioso estudo de A. S. de Sousa Baptista, *Estradas romanas no concelho de Agueda*, Aveiro, 1948.

(44) Vj. Leite de Vasconcelos, *Relíquias da Lusitânia*, III, pág. 101.

(45) Tratou do assunto o Prof. Maurício Joppert da Silva, em *As estradas de rodagem de Portugal*, sep. de *Rodovia*, Rio, 1950, 24 págs. Cf., especialmente, as págs. 6-7.

35 — Nunca será demais acentuar o papel das estradas como forças que difundiam a cultura romana. Elas facilitavam as comunicações, não só das terras de cada província entre si, mas também das províncias com o cérebro e o coração do Império. Assim, proporcionando contactos frequentes, facilitavam a romanização.

César diz que os Belgas eram os menos civilizados dentre os Celtas, e explica que isso se deve à distância em que se achavam da província romana sem a visita freqüente dos negociantes, pontas de lança da civilização (B.G. I, 1).

Estrabão (*Geogr.*, III, III,8) observou também que a índole bravia dos montanheses do noroeste e norte da Ibéria provinha não tanto das guerras, como de ficarem muito afastados dos grandes centros de civilização. Só com a paz e com as estradas se facilitaram os contactos e se atenuou a rudeza de costumes.

36 — As estradas romanas proporcionaram não poucos agrupamentos humanos. Pois não se compreende que uma povoação seja importante sem ter um centro de vias de comunicação. Assim, o minucioso estudo delas nos levaria ainda ao conhecimento de antigos limites e demarcações romanas e pre-romanas.

Tem aqui muito cabimento a lembrança destas palavras do distinto geógrafo Amorim Girão:

"Pode dizer-se que as vias romanas imprimiram as diretrizes fundamentais à circulação terrestre do nosso território. *Seguidas durante toda a Idade-Média*, deram depois origem e nome a várias povoações, especialmente no ponto onde se cruzavam ou atravessavam rios, estimularam o desenvolvimento de outras, atraíram a vida e o movimento para a sua beira e os rumos por ela seguidos em breve se tornaram tradicionais, exercendo decisiva influência no tracado posterior das modernas estradas mecanizadas e até nos dos próprios caminhos de ferro.

Pela sobreposição das vias romanas às atuais estradas e vias férreas, podem reconhecer-se bem os pontos de contacto e as diferenças entre os dois sistemas tão afastados do tempo" (46) (os grifos são nossos).

(46) *Geografia de Portugal*, 1941, págs. 366.

37 — Ao longo das estradas erguiam-se e floresciam as propriedades agrícolas, as *villas* (47) romanas, que, como veremos, tiveram importância fundamental na constituição e evolução histórico-social das províncias. Tanto, quanto é possível saber, pelos dados de Catão, Varrão e Columela, e pelas excavações arqueológicas, havia delas três tipos:

- 1 — a combinação de uma residência de verão, ampla e, às vezes, luxuosa, com uma verdadeira *villa rústica*, dotada de todos os recursos para os trabalhos agrícolas. Os proprietários não residiam permanentemente nelas, mas só por temporadas;
- 2 — a verdadeira granja agrícola, modesta, espaçosa e limpa, construída para um agricultor que provavelmente residia nela o ano inteiro;
- 3 — finalmente a casa totalmente desprovida de decorações murais, com compartimentos pequenos e grandes bodegas e lagares, de certo cultivada por escravos, dirigidos por um fator — por conta do proprietário que só vez por outra visitava a quinta.

38 — Sob o aspecto propriamente da exploração, a área senhoresada pela villa podia realhar-se em parcelas ou sub-unidades, agriculturadas isoladamente por homens livres ou da classe serva, mediante a prestação de certa renda. A quinta de Horácio, que conhecemos tão bem, ilustra o caso: dividia-se em duas partes — uma granja modelo (vinhedo, horta, pomar e trigais), trabalhada por oito escravos, — e cinco parcelas, arrendadas a cinco famílias de colonos.

Alguns proprietários possuíam *salvus* tão vastos como o território de uma pequena cidade: no meio ficava a *villa* e, mais longe, uma linha com as habitações dos camponês que cultivavam as diversas partes do latifúndio. Os colonos não eram escravos, mas pertenciam à terra, não podiam abandoná-la: são, na verdade, servos da gleba. O seu *status* é intermediário entre a liberdade e a escravidão.

(47) A respeito das *villae*, vale a pena consultar, entre muitos outros: Kostovtzeff, *Historia social y económica del Imperio Romano*, I, 154-156; Cagnat-Chapou, *Manuel d'Archéologie Romaine*, I, 275-320; A. Grenier, *Archéologie Gallo-Romaine*, 2ª parte, 783-940; A. Mau, *Pompeii: Its Life and Art*, 355-366; M. D. Novak, *Fouilles d'une ville romaine*, Paris, 1901; H. Leclercq, *Manuel d'archéologie chrétienne*, I, 1907, págs. 353 e ss.

A instituição do *colonato* pode ter tido várias origens: falta do pagamento de uma dívida, interesse mútuo, azares da guerra, permanência na terra por trinta anos consecutivos. Entenda-se que a fixação à terra se estendia a toda a família: a mulher e os filhos se transmitiam com ela e igualmente lhes era defeso emigrar. Como natural e importante corolário, os colonos só se podiam casar com mulheres do mesmo domínio.

Alguns, em busca de vida melhor, ou levados pelo espírito de aventura, fugiriam; mas as autoridades os perseguiram por toda a parte — em 366 d. C. uma lei determinava aos governadores das províncias que obrigassem os colonos fugitivos a voltar aos campos onde haviam nascido.

O *colono*, conclui Fustel de Coulanges, era um rendeiro: ocupava e possuía um lote do domínio, que agricultava sob a condição de pagar uma renda (Cf. *Recherches sur quelques problèmes d'Histoire*, 2.ª ed. 1894, páginas 1-186; Paul Louis, *Le travail dans le monde romain*, 1912, págs. 320-6; F. Lot, *La fin du monde antique et le début du moyen âge*, 1938, págs. 124-131; A. Piganiol, *Histoire de Rome*, 1939, pág. 482 — cita estudos de Clausen, Rostovtzeff, Collinet e Saumagne).

A instituição do *colonato*, que sobreviveu à derrocada romana (dela temos certeza pelo menos até o IX.º século), acarretou notáveis consequências na estrutura social, pois favorece o *espírito de campenário*, isto é a fidelidade às tradições locais. Assim se formavam áreas fechadas sobre si mesmas, áreas em que era quase nula a mobilidade social, cadinhos impermeáveis a influências de fora.

Este sistema de arrendamento foi o que mais proliferou nas províncias. Compreende-se que assim tenha sido, em terras conquistadas, que o vencedor se empenhava em colonizar. Compreende-se ainda que os lavradores fizessem parte dos primitivos habitantes.

38 bis — A propriedade rural podia abranger várias construções:

- 1 — a *villa urbana*, que era uma casa mais elegante, destinada à moradia do senhor;
- 2 — a *villa rustica*, que era uma construção modesta, servia de habitação aos colonos e continha currais, encerradouros, palleis, estábulos e compartimentos para guardar os apeiros;
- 3 — a *villa fructuaria*, que era o que hoje chamamos celeiro e adegas.

A vivenda do senhor que, a julgar por documentos medievais e pela toponímia⁽⁴⁸⁾, se chamava *palatium*, era construída nos moldes da arquitectura romana. Tratava-se de edifícios ao rés-do-chão, formados de quatro corpos unidos que fechavam um jardim, ao redor do qual corria uma varanda. Esses quatro corpos dividiam-se internamente nos aposentos necessários aos moradores. As fundações eram de pedra até o nível dos pavimentos: daí para cima as paredes eram geralmente de taipa.

39 — As vilas, umas de certo suntuosas, outras mais modestas, coalhavam, de norte a sul, o território a que corresponde Portugal. A arqueologia testemunha a existência delas mesmo em lugares hoje ermos e abandonados.

Desenterraram-se vestígios dessas vivas marcas do passado romano em Trilhariz (Concelho de Carrazeda, Trás-os-Montes), no litoral da Póvoa de Varzim, num campo dos arredores de Guimarães, na Senhora do Desterro (Montemor-o-Velho), em Leiria, em Santa Vitória do Ameixial, nos arredores de Portimão e de Lagos — no extremo sul.

40 — A primeira ficava numa encosta, a cavaleiro do rio Tua (>?), rodeada de montanhas. O proprietário era homem abastado e do bom gosto, como se vê dos mosaicos que revestiam o chão das salas, das pinturas que ornamentavam as paredes, dos restos da cerâmica artística e, ainda, dos fragmentos das colunas que sustentavam e aformoseavam a mansão⁽⁴⁹⁾.

Que os trabalhos da quinta se dedicavam à agricultura, vê-se da existência de mós (<*molas*), que serviam para preparar farinhas, e do numeroso vasilhame, que, de certa maneira, pressupõe o cultivo do vinho. Teciam-se, talvez, panos, e fiavam-se lãs — o que se pode deduzir da existência dos *pondéa* e do *verticillus*⁽⁵⁰⁾. Serviam aqueles para pesar os objetos, enquanto estes designavam a rodela ou volante do fuso e, numa área hoje mal determinada, eram chamados *cursorius*, como se depreende da palavra *coçeiro* usada pelo menos no Alentejo e no Algarve⁽⁵¹⁾.

(48) Isso é *paço*, *paço*, este último guardado ainda na toponímia, bem como o diminutivo *Paçód*, que ascende ao latim vulgar *palatidū*. Boa documentação e exposição clara em Leite de Vasconcelos, *Palatium* (elementos para a história desta palavra), transcrito nos *Opúsculos* I, 546-550. Cf. ainda o trabalho clássico de Alberto Sampaio, *As vilas do norte de Portugal*, págs. 81-2.

(49) Leite de Vasconcelos, in *Archeologo*, V, pág. 198.

(50) Leite de Vasconcelos, in *Archeologo*, V, pág. 198.

(51) Leite de Vasconcelos, in *Opúsculos*, I, págs. 515-6. Para outras formas românicas, igualmente referidas a *cursoriu*, mas de sentidos diversos da portuguesa, vj. o R. E. W., 2.416.

41 — Na Póvoa de Varzim apareceram as ruínas de uma *villa* lusitano-romana de que procede seguramente a vila actual. A *villa*, conhecida nos séculos X e XI pelos nomes de *Euraini* e *Veraini*, estendia-se por debaixo da actual povoação. As escavações revelaram a existência de três grandes construções — acaso a *villa urbana*, a *villa fructuaria* e a *villa rustica* (52).

42 — No povoado de Ançã (53), perto de Coimbra, foram descobertos os vestígios de uma *villa* romana. Surgiu a princípio um pedaço de pavimento de mosaico, mas, procedendo-se a escavações, apareceram os alicerces de três paredes, fragmentos de tijolos e telhas em grande quantidade. Menção especial deve fazer-se a uma folha de acanto, e a ornatos de argamassa, cobertos de estuque. Os desenhos dos mosaicos despertaram um problema interessante, pois mostram elementos decorativos que já existiam na Lusitânia pré-romana. É caso para pensar-se que os romanos ou, melhor, os indígenas romanizados, applicaram às artes importadas da Itália os motivos locais de ornamentação (54).

43 — Da mais alta importância, por causa do luxo de que se revestia, e da extensão que occupava, é a *villa* desenterrada em Santa Vitória do Ameixial, no concelho de Extremoz (Alentejo).

Luis Chaves (55), que orientou os trabalhos, distinguuiu os edificios da *villa urbana*, da *villa rustica* e da *villa fructuaria*. Naquella erguia-se, a nascente, uma primeira sala com mosaico formado de séries de rosetas entre molduras de troçais e tabelas de triângulos, seguindo-se uma passagem com mosaico bicolor. Voltada para o sul, estava a sala principal, com o maior dos mosaicos — de forma retangular e recortado em figuras geométricas com os mais variados temas: uma panela a beber em lindo vaso. As demais dependências quase todas apresentavam mosaicos de variados motivos ornamentais: desenhos geométricos, temas vegetais, zoomórficos, figuras simbólicas, inanimadas e abstra-

(52) J. F., in *Portugalia*, II, pág. 113; José Fortes, *Restos de uma villa lusitano-romana*, Porto, 1905, onde desenvolve a notícia anterior.

(53) *Ançã* representa, originariamente, (villa) **Antiana*, isto é, de um certo *Antius* Vi. Leite de Vasconcelos, in *Op.* III pág. 338.

(54) Cf. A. Santos Rocha, in *Portugalia*, I, págs. 814-816.

(55) Vi. *Latifúndio de Romanos no Alentejo. Uma "villa" romana*, Lisboa, 1922, precioso folheto que devo à amabilidade do autor. Cf. ainda, Arão de Lacerda, *História da Arte em Portugal*, I, Porto, 1942, págs. 82-86.

tas — estações, meses e ventos — ou ativas e reflexivas — deuses, episódios míticos, cenas gímnicas.

Os trabalhos de construção, os da casa, os da agricultura, eram feitos pelos servos, entre os quais havia de todos os officios. Num outeiro, a umas centenas de metros da "villa", ficava o cemitério dos escravos, onde se abriam os túmulos de tijolos grandes, cobertos de taife. Eram inumados e sem adornos os despojos: uma ou outra conta traziam ao pésoço e ao lado a tenaz, o martelo ou o sacho, como indícios dos misteres do officio.

Por ali, como é natural, haveria também um templozinho, como se desprende das lápides votivas e dos torsos de colunas que se encontraram.

Das actividades agrícolas da "villa" sabemos, pela abundância de ânforas vinárias, que grande atenção era dedicada à cultura do vinho. Mas restos de vasilhas grossas, de largo bojo e bordos fortes, e talhas de base larga, atestam a existência dos cereais e do azeite. Tudo isto nos leva a crer que seria numeroso o pessoal que servia ao latifúndio de Santa Vitória.

Como lembra Luis Chaves (56), só a vinha exigia 60 escravos para cada 100 hecareas. Numa propriedade de 300 hecareas, com vinha, olival e seara em partes iguais, diz Catão que eram precisos 137 obreiros, o que dá 45 para cada 100 hecareas.

Não ficava isolada esta "villa" do *conventus pacensis*. As estradas romanas cruzavam a provincia; os carros com o granito do Redondo tiram por Benatel levar a carga, como de Extremoz, Borba e Vila Viçosa levariam o mármore dos revestimentos, e da região de Extremoz arrastariam o barro para os oleiros da "villa". A mais próxima via romana era a do *iter ab Olisippo Emeritam* (Lisboa-Mérida), por *Eguabona* (Coimbra), *Caetobriga* (Sevilha), *Salacia* (Alcácel do Sal), *Ebora* (Évora), indo a Benatel, Vila Viçosa, Vila Boim, Elvas, a caminho de Mérida.

A roda de Extremoz têm sido encontrados restos romanos: vestígios de um cemitério, lápides sepulcrais, etc. (57).

Nos arredores de Sevilha encontraram-se acentuados vestígios das villas romanas. Em numerosas quintas recolheram-se fragmentos de imbrices, tegulas, ânforas, pedaços de argamassa signina, etc. (58).

(56) Em tudo o que dizemos acerca da vila de Santa Vitória do Ameixial seguimos passo a passo a informação de Luis Chaves.

(57) A. J. Marques da Costa, no *Archeologo*, XII, pág. 207.

(58) Arthur Lamas, no *Archeologo*, XII, pág. 352.

44 — A três leguas da cidade de Évora, numa herdade que chamavam a *Morgada*, existem vestígios de um edifício grande, da época romana. Tinha a forma quadrangular e, pelo que resta — alicerces, fragmentos de paredes, etc. — devia ter sido vivenda magnífica, de certo destinada a residência do proprietário de alguma importante vila.⁽⁵⁹⁾

Nas vizinhanças de Portimão foram descobertos vestígios de uma propriedade rural romana: além de pedaços de tegulas, fragmentos de vasos, que se encontram a cada passo, há alicerces de casas com pavimentos de formação; um deles está coberto de mosaico policrômico (preto, branco e vermelho).⁽⁶⁰⁾

45 — As vilas eram geralmente batizadas com o nome do primeiro possuidor, designação que as individualizava e que, como se há de ver, se manteve por longo tempo. Exemplos muito expressivos, porque decorrem da dominação romana até os dias de hoje, são os seguintes:

villa Corneliana, isto é, de *Cornelius*, a que corresponde hoje a freguesia de *Correlhã*, ao pé da Ponte de Lima.

villa Campaniana, isto é, de *Campanius*, a que corresponde hoje a freguesia de *Campanhã*, no Porto;

villa Lauriniana, isto é, de *Laurinus* ou *Laurinius*, a que hoje corresponde a freguesia de *Lourinhã*, no distrito de Lisboa.

A extensão das vilas variava muito: conhecemos as de 60 hectares — a que se pode comparar o *agellus* de Horácio — as de 120 hectares e as vastíssimas propriedades que chegavam a ter 525, 550 e 600 hectares⁽⁶¹⁾. As maiores se dividiam em sub-unidades, a que os documentos chamam *villares*, *casales* e *quinhanas*.

Tem cabimento repetir as seguintes palavras de Alberto Sampaio, que estudou magistralmente as vilas do Norte de Portugal:

“Não devemos perder de vista este ponto essencial — um homem governa e possui uma área, que em geral mais tarde se chamou *freguesia*: o povo aí acantonado acostumou-se a respeitar e a obedecer a um chefe; os antigos clientes das cidades, disciplinados à romana, transformaram-se em legião de lavradores, agremiados em volta do paço: por intermédio deste receberam a civilização latina, que tão funda se imprimiu na alma popular; internados nos prédios, aí passou cada um a maior

parte da vida, cultivando e plantando; à medida que aumentavam, o proprietário instalava novas famílias em parcelas, que foram depois a origem dos pequenos casais históricos da província”⁽⁶²⁾.

46 — Assim, era, aliás, em todo o mundo romano. Como diz Fustel de Coulanges com relação à Gália:

“Le village ne fut jamais dans l'antiquité, un groupement officiel et légal. Il n'y a pas de communes rurales, il n'y a que des domaines. Au lieu que le domaine fasse partie de la commune rurale, comme de nos jours, c'est le village qui fait partie du domaine et lui est subordonné... L'unité d'exploitation agricole, c'est le domaine ou *fundus*.”

“Les propriétaires primitifs s'étaient appelés *Albinus*, *Solemnis*, *Florus*, *Bertinus*, *Latinus*, *Victorius*, *Paulus*, *Julius*, *Atinius*, *Cassius*, *Gabinus*, *Clippus*. C'est pour cela que nos villages s'appellent *Albigny*, *Solignac*, *Fleury*, *Vitry*, *Pouilly*, *Jully*, *Atigny*, *Chancy*, *Gagny*, *Clichy*...”⁽⁶³⁾

Comentando a lição de Fustel, A. Grenier recorda que os domínios (*fundi*), constituidos de maneira orgânica, em função do solo, eram como células vivas da terra, e acrescenta:

“Ils étaient si profondément enracinés dans le terroir, ils y ont laissé telles traces, qu'ils peuvent se reconnaître aujourd'hui dans le cadre de nos paroisses et de nos communes, (o grifo é meu). . . .

Leurs limites, qui étaient des limites naturelles, sont le plus souvent demeurées intactes. (id.) Ainsi *Choisy-le-Roi* s'étend jusq'au bas fond marécageux du Vert; ainsi la *villa* romaine de *Mesly*, représentée par *Créteil-Bonneuil*, s'arrêtait au marais de *Sucy* où finissait, de l'autre côté, *Sucy-en-Brie*. Étudiez le site, vous verrez se dessiner l'ancien domaine”⁽⁶⁴⁾.

47 — Os numerosos braços necessários ao cultivo e à prosperidade de vida rural tão intensa, iam buscar-se aos habitantes dos castros e das cidades. Pois

(59) Idem, pág. 129.

(60) Citado por A. Grenier, in *Congresso do Mundo Português*, I, 1940, págs. 478-9. Cf. também o que diz M. Roblin, *Le terroir de Paris aux époques gallo-romaine et franque*, Paris, 1951.

(61) Ibidem, pág. 479.

é evidente que, por maior que fosse a emigração romana para a Península, não bastaria para povoar e agricultural a área tão vasta. O mesmo sucedeu em outras terras do Império Romano, como, por exemplo, na Bélgica, onde a população indígena passou a viver em choças, em torno das grandes propriedades⁽⁶⁵⁾.

Assim deveria ter sido no noroeste da Península; mas, substituídas pelas vilas, as cucanhas⁽⁶⁶⁾ iam-se arredando pouco a pouco, até restringir-se aos lugares afastados, montanhosos ou, por qualquer outro motivo, de difícil acesso — ocultos por espessas florestas. Longe dos focos de civilização, ficaram indenes à influência romana e atravessaram vários séculos mantendo intactos os seus costumes e a sua cultura material. O isolamento explica que, abandonado finalmente esse viver antigo, pudessem chegar até nós tão numerosos vestígios das habitações pré-romanas⁽⁶⁷⁾.

48 — De fato, só na Galiza se conhecem mais de 5.000 castros. No norte de Portugal desenterram-se as clássicas citânias de Briteiros e Sabroso; a de Sanfins, em curso de escavação. Na de Briteiros, que os estudos de Martins Sarmento tornaram famosa, descobriram-se mais de 150 casas; e se acrescentarmos as que ainda jazem soterradas e as que se perderam, teremos mais de dobro. Para o sul do Douro também se acharam vestígios dos castros, embora menos numerosos, pois essa região não abunda em lugares elevados. Possivelmente, entretanto, a civilização dos castros alastrou, mais ou menos, até ao sul do Tejo.

Cf., da vasta bibliografia: Leite de Vasconcelos, *Enn.* II, págs. 354-355; *Historia do Museu Etnológico Português* (1893-1914), págs. 183-186; *Correspondência epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento*, Guimarães, 1947, passim; A. A. Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, 1924, págs. 264 e ss.; Mário Cardozo, *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva*, 3.ª ed.,

(65) Rostovzef, *obr. cit.*, I, págs. 439-440.

(66) Porventura se referia a essas habitações primitivas o poeta Marcial, ao escrever: "auriteringue Tagum sitiam patrinuque Salonen et repetam sauree sortida rura casae". (X, 96). A origem da palavra *cucanha*, "casebre", não está esclarecida. Leite de Vasconcelos, que a estudou (*Mendórias de Mondim da Beira*, 1933, págs. 10-11), não lhe propôs etimologia. Pertencera à base pré-romana: *KUKK, "cimo, altura"? (Vj. Dauzat, *Éssais de géographie linguistique*, 1938, págs. 26-40; F. E. W., s. v.).

(67) Foi o que se verificou em outras regiões da România: Vj. Albert Grenier, *Habitations gauloises et villas latines dans la cité des Médionanrices. Étude sur le développement de la civilisation gallo-romaine dans une province gauloise*, Paris, 1906, principalmente à pag. 53. Dados importantes em F. G. de Pachere, *La table hypothécaire de Peleia. Étude sur la propriété foncière dans l'Adpennin de Ploisance*, Paris, 1920.

Guimarães, 1948; E. Jalhay, *A citânia de Sanfins*. (Paços de Ferreira), na *Brochura XXXIX*, 1944; Florentino López Cuevillas e Joaquim Lorenzo Fernandez, *Las habitaciones de los castros*, em *Cuadernos de Estudios Gallegos*, V, 1946, págs. 7-74.

49 — As tribos que viviam nas regiões montanhosas — hoje Minho, Trás-os-Montes e a Beira — habitavam em montes muralhados, onde as casas eram por vezes redondas e cobertas de colmo ou pedra. A tais eminências chamavam *briga* e *dunum*, palavras célticas que entraram na formação de numerosos topónimos.

Pouco a pouco, porém, a vida romana ia foi penetrando; provam-no as inscrições, a cerâmica, os vidros e os metais. Aos indígenas o povo-rei ensinou a aproveitar melhor as terras, trouxe-lhes o direito de propriedade, os diferentes modos de adquirir, ensinou-lhes a delimitação da gleba, com os marcos. Junto a Paderne, aldeia do concelho de Melgaco, foram descobertos, entre os restos de uma povoação lusitano-romana que representava uma tribo romanizada, vários objetos de pedra, restos cerâmicos, e uma casa redonda⁽⁶⁸⁾.

Na zona a que corresponde a actual Beira-Baixa, houve um fundo de população celizada que manteve, durante séculos, os seus deuses e o seu onomatástico, este aos poucos romanizado. E note-se, aliás, que esse grupo étnico não se limitava às camadas populares, mas abrangia as mais elevadas, que se davam ao luxo de mandar gravar monumentos lapidares⁽⁶⁹⁾.

O castro de Mondim, na Beira, do qual temos notícias até o século IV d. C., por meio de uma moeda romana, de cobre, foi profundamente romanizado. Isto se vê dos numerosos restos de loiça de vidro e de barro, lucernas e, o que mostra alteração no sistema de cobrir as casas, numerosas tégulas⁽⁷⁰⁾. Os castrenses dedicavam-se, pelo menos, a duas actividades: a do trabalho do ferro, como se vê das escórias que ficaram, e a da agricultura, como o prova a *mola manvaria* que se encontrou nas escavações⁽⁷¹⁾.

50 — Atráidos, cada vez mais, pelo brilho da civilização romana, ou acaso compelidos pela invasão germânica, os castrejos abandonaram os seus outeiros e, à semelhança do que sucedera com centenas de tribos, vieram estabelecer-se nas planícies vizinhas, no sistema romano da *villa rustica*.

(68) Cf. Leite de Vasconcelos, in *Archeólogo*, XII, págs. 279.

(69) Cf. Eugénio Jalhay, in *Broteria*, XLVIII, 236.

(70) Vj. Leite de Vasconcelos, *Mendórias de Mondim da Beira*, 1933, págs. 51 e ss.; págs. 57-58-59, págs. 62.

(71) Idem, *ibidem*, *op. cit.*, III, págs. 10-11.

Frequentemente, por isso, as ruínas de um castro corresponde, nas vertentes, no sopé, ou nos arredores, uma povoação posterior com a designação de *vila*, clara ou subentendida, ou de *pago*,⁽⁷²⁾ v. g.: *Vila-Chã*, no fundo de castros de S. Tiago, em Fornos de Algodres; *Mangualde*, na Idade-média *villa Manaldi*, ao fundo do monte da Senhora do Castelo (castro); *Senhorim* ou *villa Seniorini*, não longe do Castelo (castro) do mesmo nome; *Pagos de Ferreira*, cerca de uma cãnia.

Nos arredores de *Povoá de Varzim*, que já vimos haver sido uma vila lusitano-romana, há nada menos de oito castros. Ao pé do lugar do *Pago*, que memora uma antiga casa senhorial, existem as ruínas de uma cãnia.

Em Trás-os-Montes são numerosos os casos desta natureza: Vila Verde, freguesia do concelho de Alijó, onde há três castros; Vilarinho de Coas, no mesmo concelho; Villamarim, concelho de Mesófito, a um quilómetro de Cidadella, onde há um castro; Vilarinho e Daivões, aldeias do concelho de Ribeira de Pena, situadas nas abas ou perro de montes fortificados⁽⁷³⁾.

51 — Desses — e de numerosos outros exemplos que seria ocioso referir — podemos colher as seguintes filiações⁽⁷⁴⁾:

- 1 — de uma povoação atual a uma vila rústica medievica: por exemplo, *Varzim* a *Veracini* (de um *Veracus*);
- 2 — de uma vila rústica medieval a uma vila lusitano-romana, por exemplo, S. Vicente de Oleiros, Vila Pouca, e Vila Chã de Montes;
- 3 — de uma vila lusitano-romana (teórica) a um castro. Explica Leite de Vasconcelos: "Diz-se aqui *teórica*, porque a nossa proposição resulta unicamente de ficarem próximo de castros povoações que pelos nomes representam vilas. Era preciso, para completa demonstração, que ao nome do morador de um castro, por exemplo, *Coronerus*, na Cãnia de Briteiros, correspondesse em baixo uma *vila* lusitano-romana do mesmo nome. De que não há, ou não conheço, exemplos. E num castro podia existir não só um magnata mas muitos, que viessem a espalhar-se por outras tantas vilas: de fato a toponímia não raro revela muitas nas vizinhanças de um único castro, como acima vimos."

⁽⁷²⁾ Idem, Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, II, pág. 616.

⁽⁷³⁾ Idem, *ibidem*, págs. 388-391.

⁽⁷⁴⁾ Vj. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, II, pág. 391.

52 — Tanto é verdade que não só o passado esclarece o presente, como este muitas vezes elucida aquele, ainda hoje se encontram, em vasta área do noroeste ibérico, as casas circulares das cãnias, cobertas de palha ou de lousa, isto é, como agora se diz *palhoças* ou *lousadas*. Trata-se dos restos de uma cultura que se estendeu, principalmente, por Astúrias, Galiza e o Norte de Portugal.

Krügger, que as estudou em magistral pesquisa de campo, mostra que a área devia ter sido maior em outros tempos, uma vez que hoje os vestígios dessa remotíssima cultura construtiva emergem como ilhas: para nos limitarmos ao território português, acham-se em Poiães (Trás-os-Montes) entre Freixo de Espada à Cinta e Barca d'Alva, onde servem de armazéns de ferro ou cereais, na haccia do Coa, mesmo como habitação provisória; na Beira-Alta, como cabanas para gado, na Beira-Baixa, no Alto Alentejo (nessas palhoças vivem famílias inteiras) nas montanhas do Algarve.

Têm ainda cabimento estas palavras de Rocha Peixoto:

"das habitações lusitanas de alguns castros vêem-se no vale do Mondego, como despojos evocantes, casas circulares colmadas, à mistura com outras quadradas em que a cobertura, boleando pouco a pouco, acaba nitidamente cônica. Ainda num recanto da Beira, em Bobadela, a povoação viva, junta a cidade exínta, renascendo uma das ruínas da outra, deixam perceber, das civilizações pré-romana, romana e post-romana, os elos dum encadeamento sucessivo"⁽⁷⁵⁾.

Ainda há poucos anos Garcia y Bellido encontrou uma choça galega em cujo espírito e concepção viu restos da modalidade mais primitiva das habitações locais⁽⁶⁾.

53 — A mão de obra era, pois, constituída pelos indígenas. Esse fato, entre as muitas consequências que comporta, acarreta uma forte simbiose nos métodos agrícolas.

⁽⁷⁵⁾ in *Portugalia*, I, pág. 81.

⁽⁷⁶⁾ Vj. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, VII, 1947, págs. 491-2. É de imprescindível leitura a síntese de António Jorge Dias, *Las construcciones circulares del noroeste de la Península Ibérica y las cãnias*, nos *Cuadernos*, VI, 1946, 173-194. Também no que toca à origem das casas circulares é preciso ter na devida conta o que ensina esse etnógrafo, em *O problema da reconstrução das casas redondas castrejas* (Porto, 1949). As cabanas atuais não teriam identidade étnica com os antigos crastejos, mas se explicariam por corresponder a uma fase económica muito precária.

Os Romanos, cuja técnica era muito mais adiantada, ensinaram aos castrejos processos novos de amanho a terra e lhes deram instrumentos bem mais desenvolvidos do que as rústicas peças que usavam até então. Assim o *tribulum*, que Varrão descreve claramente — "formado por uma tábua tornada áspera por meio de pedras ou pedaços de ferro, a qual, levando em cima o guia ou algum peso grande, é arrastada pelos animais jungidos, por cima das espigas para se parar os grãos" — corresponde exactamente ao *trilho* português⁽⁷⁷⁾. O estranho carro, de rodas maciças, que ainda hoje se usa em algumas regiões, não é senão o conhecido *plaustrum* dos Romanos. Serve, como nos tempos do povo-Rei, para conduzir lenha para os fogões e uvas para os lagares⁽⁷⁸⁾. A curiosa *vinha de emforado*, típica do Minho, não faz senão reproduzir um conhecido processo romano, descrito por Varrão: "ulmisque adungere vites"⁽⁷⁹⁾.

O sistema de usar troncos de árvores ocas à guisa de colméias, corresponde ainda à descrição de Varrão: "alii et ligno et corticibus, alii ex arbore cava"⁽⁸⁰⁾.

Os lagares que hoje se usam no Norte correspondem, fielmente, ao primitivo lagar leonês do século X, o qual nada mais é senão a prensa romana, conservada ao longo de vinte séculos⁽⁸¹⁾. Para a colheita do centeio o segador ao noroeste ibérico continua a valer-se da foice dentada, que é uma perfeita cópia da *falx messoria*⁽⁸²⁾. O *cratis* romano, como o define Forcellini, consistiu numa "*instrumentum ex subtilibus lignis vel viminibus, aliave materia, directis transversis que modico intervallo contextis*" — que servia para enterrar as sementes e acharar a terra. É exactamente a *grade* portuguesa, a qual consta de paus cruzados e duas cabeceiras dentadas com que se quebram os torrões no campo lavrado e se cobre a semente (Morais, s. v.).

54 — Em alguns casos, todavia, é lícito pensar em sobrevivência pre-romanas, Assim a *sóga*, "corda ou correia que prende os bois pela cabeça, mediante

(77) Vj. F. Adolfo Coelho, *Alfala agrícola portuguesa*, sep. de *Portugalia*, I, Porto, 1902, págs. 29-31. O general Laysel viu usado na Ilha da Madeira o *tribulum* descrito por Varrão: cf. Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, I, pág. 127.

(78) Vj. Krüger, in *Die nordwestliche Volkskultur*, in *Wörter und Sachen*, X, 1927, página 75.

(79) Idem, pág. 88.

(80) Idem, pág. 90.

(81) Krüger, obr. cit., pág. 90.

(82) Krüger, obr. cit., pág. 54.

a qual o condutor os guia" ascende à base céltica SOCA, representada noutros falares românicos⁽⁸³⁾. Também as *chedas*, "duas táboas laterais do leito do carro de bois, que se prolongam um pouco fora, e nas quais se fixam os estadihos, os taipais e as sebes" não de explicar-se com o latim CLETA, de origem céltica⁽⁸⁴⁾. Igualmente a uma base pre-romana, *GRAMMULA, se filiam *grama*, *gramadeira* "peça de madeira com que se trilha o linho antes de espaldado", *gramar*, "trilhar com gramadeira"⁽⁸⁵⁾.

É possível crer, também, na conservação de um tipo de arado anterior aos Romanos. Trata-se do arado radial, que ainda hoje se encontra em toda a zona montanhosa do norte de Portugal, desde a serra da Estrela até a fronteira espanhola do Norte, prolongando-se por ela a dentro, pois existem exemplares na Galiza e em regiões do antigo reino de Leão.

Há razões para crer, no entanto, que na Idade-Média era bem maior essa área ergológica: devia abranger, *grosso-modo*, as terras compreendidas entre o Minho e o Tejo, embora se pudessem notar manchas diferentes, encravadas nessa zona, como é o caso do arado quadrangular no Minho⁽⁸⁶⁾.

55 — Era intensa a actividade agrícola das vilas. Há notícias de grandes olivais e da preparação do azeite. Era afamado o vinho, que pressupõe extensos parreirais, com várias espécies de videiras. Cultivava-se o trigo (*triticeu*) a cevada (*cibata*), o linho (*linu*). Os pomares abundavam de árvores frutíferas, e há peras (*pira*), cerejas (*ceresia*)⁽⁸⁷⁾, ameixas, sorvas⁽⁸⁸⁾, figos, bêberas

(83) Vj. o R. E. W. s. v.

(84) Vj. Leite de Vasconcelos, nos *Opúsculos* I, págs. 508-9; R. E. W., s. v.; F. E. W., s. v.

(85) Vj. F. E. W., s. v. * GRAMMULA.

(86) Vj. o notável livro de Jorge Dias, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens. Estudo etnográfico*, Coimbra, 1948, especialmente às págs. 63, 76-7 e 97-8. É também muito instrutivo o que a respeito do arado ensina Krüger, em *Die nordwestliche Volkskultur*, in *Wörter und Sachen*, X, 1927, págs. 61-72.

(87) A cerejeira foi introduzida em Roma por Luculo, à volta do ano 76 a. C. O nome do fruto, de remota origem asiática, foi tomado do grego. A base que explica o port. *cerjeia* e o esp. *cerreja* — bem como outras formas românicas referidas no R. E. W. s. 1823 — é *ceretea* [← *cértus*], que aparece em documentos e em Anthonius. Cf. Schuchardt, *Vokalismus*, I, 192; Cornu in *Romania*, XIII, 206; Graur, idem, LVII, 106; Svennung, *Untersuchungen zu Palladius und zur lateinischen Fach- und Volkssprache*, 133 e 631; Grandgent, obr. cit., §§ 38 e 195; Meillet, *Esquisse d'une histoire de la langue latine*, 3^a ed., 90; Meillet-Ernout, D. E. L. s. v.; Walde — Hoffman, L. E. W. s. v.

A respeito do nome próprio *Cerjeio*, cumpre ver o que diz Leite de Vasconcelos, nos *Opúsculos* III, págs. 89-90.

(88) A origem é *sorbta*, feminino oriundo de um plural neutro (*sorbum*, f).

(bifera), romãs (romãna) ⁽⁹²⁾, cidras (cícea), rharmelos (melimelu), maçãs (matiana), nésperas (mespila) ⁽⁹³⁾, péssegos (persicu), abrunhos (prunneu).

Plantas numerosas cobriam os campos: o aipo (apiu), a arruda (ruza), o azevem ⁽⁹⁴⁾, o azevinho ⁽⁹⁵⁾ (da base acifoliu), o balanço, a beidroega (portulaca), a borragem, a brusca, a brucea, o bugalho, a cártaga (da base carex, icis), o cirizão (cicerone), os cominhos (cuminu), o feno (arc. fêo, fênu), o funcho (fenunculu) o folho (fenunculu), a gardunha, a gorga e o gorgão, o joio, a junça, a labaga (laphathia), o labresto, a leituga (lactuca), a luzerna, o malvaisco, a magaga, o mastruco (masturtiu) ⁽⁹⁶⁾, a morraça ⁽⁹⁷⁾, a nêveda (nepeta), a ortiga (urtica) ⁽⁹⁸⁾, o ourigo ⁽⁹⁹⁾, a papoila ⁽⁹⁷⁾ a pútega ⁽⁹⁸⁾, a serralha (serratula), a suagem (solagine), a tanchagem (plantagine), a tramaga ⁽⁹⁹⁾, o trevo ⁽¹⁰⁰⁾ e o

⁽⁸⁹⁾ Talvez a palavra *romã* seja originariamente latina (*romana*), transmitida aos árabes, e vinda por intermédio destes para a Península. Cf. M. Devic, *Dictionnaire étymologique des mots français d'origine orientale*, 1876, págs. 196-9; Lokotsch, *Etymologisches Wörterbuch der europäischen (germanischen, romanischen und slavischen) Wörter orientalischen Ursprungs*, 1927, n.º 1729.

⁽⁹⁰⁾ De *mespila*, com diss. de labiais: m-p \Rightarrow n-p. Já nas glossas se encontra *nespula*, *nephila* — base das formas românicas: it. *nespola*, rum. *nespila*, a. fr. *nesple*, fr. mod. *néfle* [o f é obscuro] port. *nêspeta*, esp. *nêspeto*. Cf. Niedermann, *Contributions à la critique et à l'explication des glosses latines*, 1905, pág. 32.

A respeito das várias designações portuguesas, cumpre ver Maria P. da Silva Pereira, *A nêspetera. Estudo linguístico*, (sep. de *Biblos* XXIV, 1948).

⁽⁹¹⁾ Palavra ainda mal esclarecida.

⁽⁹²⁾ Palavra ainda mal esclarecida.

⁽⁹³⁾ De *nasturtiu*, com diss. de dentais n-t \Rightarrow m-t. Já nas glossas se encontra *nasturtiu* — base de algumas formas românicas: *campidanês masturtiu*, siciliano *masturtiu*, esp. *masturto*. Cf. Schopf, *Die konsonantischen Fernwirkungen: Fernassimilation. Fernassimilation und Metathesis*, 1919, pág. 116.

⁽⁹⁴⁾ Palavra ainda mal esclarecida.

⁽⁹⁵⁾ A base é *urtica*, de origem desconhecida. As línguas românicas pressupõem *urtica*: R. E. W. 3, 9090.

⁽⁹⁶⁾ A origem é *origanu*, de proveniência grega.

⁽⁹⁷⁾ De **papaura* \Leftarrow **paparera*, acaso com mediação árabe.

⁽⁹⁸⁾ Palavra ainda mal esclarecida. C. de F. diz que ela indica uma planta ciénea, parasita da esteva e que no beirão nomcia uma espécie de cogumelo amarelo e comestível.

⁽⁹⁹⁾ Acaso deduzida de *tramagueira* \Leftarrow **tamaricaria*.

⁽¹⁰⁰⁾ A base é **trifoliu*, acaso explicável pelo cruzamento do grego *triphylon* com o lat. *trifolium*. Vj. Diez, E. W. 5, pág. 327.

verbasco. Havia ainda a avenca (vinca), o feto ⁽¹⁰¹⁾ (filictu), a bodelha ⁽¹⁰²⁾, o sargaço ⁽¹⁰³⁾ o cogordo (cucurbitu), o azeiteiro (de **acerariu*, de acer, eris), o bordo, a carqueja (carchesia), o carrasco (**carrascu*) ⁽¹⁰⁴⁾, o codesso (cutissu) ⁽¹⁰⁵⁾, a esteva (steva), a giesta (genista), o lodo, o murinho (de murtinu, por myrtinu), o rosmannho (ros marinu), o tojo, ⁽¹⁰⁶⁾ o trovisco (turbsicu), a urze (ulice) ⁽¹⁰⁷⁾, o aderno (alaternu), o freixo (fraxinu), o olmo (ulmu), o teixo (taxu) e o vidoeiro (betulariu). Convém não esquecer mais a tábua (tabuda) o bunho (budinu), o vimieiro (viminariu), o salgueiro (salicariu, de salix), o medronho, o érvedo (arbitu), a amora (mora), o azinheiro (elicinariu, de elcx), o sobreiro (de **soberariu* de sober), o castanheiro (de **castaneariu*), o carvalho ⁽¹⁰⁸⁾ o pinheiro (de *pietro*, **pinariu*), a aveleira (de **abellanaria*), a nogueira (**nucaria*), a oliveira (oliva), a videira (vite), o painço (panicu) o centeio (centenu), a aveia (avêna), a fava (faba) a ervilha (ervilia), o feijão ⁽¹⁰⁹⁾, a cabaga ⁽¹¹⁰⁾, a abóbora ⁽¹¹¹⁾, a ferrã, o agrião (agriône), a cebola (cepulla), o cogombro (cucumeru). Das plantas ornamentais, que enfeitavam os jardins das *villas* são de notar-se as rosas (rosa), os lírios (l. v. liru), os goivos, as madressivas e as margaridas.

56 — Era também grande a atividade pastoril: os prados andavam cheios de bois (bove), vacas (vacca), cavalos (caballu), ovelhas (ovicula, de ovis), cabras (capra), carneiros, cabrões ⁽¹¹²⁾, bodes ⁽¹¹³⁾, cabritos, porcos (porcu), leitões

⁽¹⁰¹⁾ A base é *filictu*. A respeito das várias formas regionais portuguesas cumpre ver Leite de Vasconcelos, nas *Tradições populares*, 1882, pág. 110, n.º, e na *Etnografia*, II, pág. 55.

⁽¹⁰²⁾ Palavra ainda mal esclarecida. De *buticula*?

⁽¹⁰³⁾ Palavra ainda mal esclarecida: *acentua-se*, porém, que a grafia medieval é *cerqaco*. Não se confundida esta planta com a alga homônima.

⁽¹⁰⁴⁾ Pré-romano. Cf. Schuchardt, *ZRPf.* 23, 198.

⁽¹⁰⁵⁾ A base é **cutissu*. Vj. as *Fontes*, pág. 130.

⁽¹⁰⁶⁾ Pré-romano. R. E. W., s. v. **loju*.

⁽¹⁰⁷⁾ De **ulze* \Leftarrow **ulze* \Leftarrow *ulice*.

⁽¹⁰⁸⁾ Pré-romano. Cf. R. E. W., s. v. **carvalva*.

⁽¹⁰⁹⁾ A base é *phaseolu*, de origem grega.

⁽¹¹⁰⁾ Palavra ainda mal esclarecida. Aos trabalhos citados em *Nascences, Dicionário Etimológico*, acrescenta-se Joaquim da Silveira, in *Revista de Portugal*, 24, 1944: 229-230.

⁽¹¹¹⁾ Pré-romano.

⁽¹¹²⁾ De **capro*, *dnis*.

⁽¹¹³⁾ Palavra ainda não esclarecida; pré-romana?

(lactone, isto é, de mama), leitiga (lactica), varrascos (verrascu), burros, jrições, coelhos (cuniculu), zevros. Dentre as aves não falavam as galinhas (gallina), as lebres (leporé), as ádens, os ansares e ansarinhos (anserinu), as perdizes (perdice, de perdix), os patos, os marrecos, as codornizes (coturnice, de coturnix) os pombos (palumbu).

Aos pastores não esqueciam os seus fiéis companheiros: os cães de guardar o gado.

57 — De outros animais, úteis ou nocivos, há ainda notícias: ursos (ursu), corços, lobos (lupu), doninhas, fúrces (*furone), lontras, ouriços, golpelas (vulpicula), ratos, toupeiras (talparia), teixugos (taxucu). As aves eram particularmente numerosas: a abetarada (avistarda), o betouro, o caanom (calamóne), a garça, a grua (grua), a seixa, o açor (acceptore), o gavião (*gabilane), o falcão (falcone), o milharte, a tartaranga, o corvo (corvu), o butre (vulture), a águia (aguila), a narceja, a cotovia, a cegonha (cicomia), o melro (merlu), o pardal, o tordo (turdru) a gralha (gracula), o mocho, a touinegra, a andorinha, o cacco, a pega, a noitibé e o minhoto.

58 — As águas abundavam em peixes, muito apreciados: a boga (boca), o solho, o goraz, a moreia (murena), o mugem (mugile), o pargo, a patruça, o eirogo, a sardinha (sardina), a tainha, a enguia, a lampreia, o sável, o salmão (salmonne), o barbo e a truta (tructa). Dentre os mamíferos marinhos contavam-se a baleia (ballena), o golfinho, o roaz e a toninha.

59 — A romanização, porém, não se limitou à cultura material, mas estendeu-se à vida espiritual, pois às crenças religiosas dos indígenas se superpõem as greco-romanas: e assim surgem divindades como *Aesculapius, Júpiter, Mercurius, Minerva, Serapis e Vênus*. Há um sincretismo que leva à identificação dos velhos deuses com os mais ou menos parecidos do panteão greco-romano.

Apesar disso, no noroeste da Península, área de deficiente e tardia romanização, onde era muito escassa a população romana, conservam-se remiamente as antigas divindades. Esse fato, aliás, repete-se alhures, porque, como se compreende, são muito arraigadas no espírito dos homens as velhas crenças recebidas dos antepassados (114).

(114) No Egito conquistado pelos Gregos, os invasores, longe de impor novos cultos aceitam os que encontram. E não só aceitam, como vão difundindo por outros territórios. Vj. A. Calderini, *Papyri*, I, Milão, pág. 152.

60 — Mas, em breve, um poder mais alto surge: com força irresistível. Caminhando lado a lado com a romanização, o Cristianismo vai modificar a fisionomia do mundo antigo. Não cabe aqui expor o que significou, para a História, a expansão da doutrina de Jesus de Nazaré, a qual, como accentua Kurth, envolveu o género humano numa sociedade verdadeiramente universal e eterna (115).

O desenvolvimento da pregação cristã levou à periferia, à vida rural, uma forte palpação romana. Foi verdadeiramente com o Cristianismo que a romanização conseguiu penetrar mais fundo. As verdades do Evangelho, na sua grandiosa simplicidade, chegavam realmente à massa.

Foi o Cristianismo que recolheu os destroços do mundo antigo, que agremiou as gentes dispersas e desiludidas, para, influenciando-lhes uma outra alma, fazer surgir uma nova idade, um mundo novo e diferente.

61 — Até a metade do século III nada sabemos dos progressos do Cristianismo na Hispânia, mas tudo leva a crer que essa provincia se tenha evangelizado profundamente no curso dessa centúria. É o que se deprende de haverem comparcido ao Concílio de Illiberis um bispo de Gallacia, dois da Tarraconense, três de Lusitânia, oito da Cartaginense e vinte e um da Bética (116). Note-se que a cristianização começou nas cidades, principalmente do Sul, pois o noroeste, como dissemos, manteve, durante muito tempo, as velhas crenças pagãs, anteriores ainda à conquista romana (117).

62 — Desde o IV.º século, (118) no entanto, há conhecimento da existência de igrejas rurais, na maioria dos casos erguidas e mantidas pelos proprietários das vilas, para edificação da família, dos operários e dos campônios. Os concílios do V.º e VI.º séculos aludem frequentemente a esses *oratoria villarum*, a essas basilicas rurais que serão a origem da maior parte das paróquias (119).

(115) *Les origines de la civilisation moderne*, 4.ª ed. 1898, pág. 89.

(116) *Histoire de l'Église*, 2, pág. 135.

(117) Seja aqui lembrado, apenas, o topónimo *Fão*, nome de um povo do conselho de Espoende (Minho), que parece ascender a *fanum*, santuário, o qual, como sugere Alberto Sampaio, "seria um dos muitos templosinhos pagãos, espalhados nos campos, e deste, por qualquer motivo tomado notável, ficou memória na toponímia". Cf. Leite de Vasconcelos, in *Opúsculos*, III, págs. 339-343. Contudo, Piel attribui-lhe origem germânica: Vj. *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, I, 1937, págs. 103-4.

(118) Pierre David, in *Revista Portuguesa de História*, II, 1934, pág. 226.

(119) Pierre David, in *Revista Portuguesa de História*, II, 1943, pág. 226.

Outras vezes sucede que o proprietário dos domínios vai mais longe: organiza uma comunidade que é, ao mesmo tempo, grupo religioso e empresa de exploração agrícola — eis o mosteiro, instituição que vai difundir-se extraordinariamente.

63 — A diocese, de modo amplo, e a paróquia, a igreja rural e o mosteiro, de modo particular, eram fortísimos centros de unidade. Unidade do presente, por causa dos contactos frequentes que tendiam a unificar o *românico*, e unidade do passado, por causa do latim escrito, subjacente à língua falada. É a organização eclesiástica, a reunião em torno do pároco da vila, em meio do rompimento das antigas instituições, um solidíssimo elo.

64 — Referindo-se às paróquias rurais escreve Gustavo Schnitzer em seu notabilíssimo livro acerca da Igreja e a civilização na Idade-Média:

“Rien ne pouvait contribuer davantage à l'instruction e à l'élevation des gens des campagnes que le fait d'avoir au milieu d'eux un homme qui, de la naissance à la mort, les accompagnait de ses exhortations et de sa sollicitude et ne cessait de leur rappeler les exigences de la morale chrétienne. De même l'église était pour eux un endroit où on les engageait à réfléchir sur les problèmes de la vie et à s'élever au dessus des peines e des tracés du labeur quotidien. Ce fut là le premier acte social important du moyen-âge. Il ouvrait la voie à l'abolition de l'esclavage, à l'amélioration du sort des serfs, avec lesquels le prêtre fut en contact plus étroit que jadis.

Cette force nouvelle puisée à la campagne régénèra la civilisation qui se mourait de la corruption des villes. C'est le symbole que les Grecs avaient représenté dans la lutte du géant Antée et d'Hercule: le géant reprenait force chaque fois qu'il touchait le sol” (120).

65 — Tem ainda grande importância, como adiante se verá, o fato de que, em geral, a divisão secular foi modelo da eclesiástica: o distrito de uma *civitas* estava regularmente sob a jurisdição de um bispo (121). Assim a Igreja se tornou a fiel herdeira do quadro administrativo romano, pois tinha todo o in-

(120) *L'Église et la Civilisation au Moyen Âge*, trad. francesa de G. Castella, I, Paris, 1933, págs. 275-6.

(121) Werminghoff, *Verfassungsgeschichte der deutschen Kirche im Mittelalter*, pág. 9.

teresse em conservar a unidade das demarcações antigas. A vila, unidade material e administrativa, foi transformada, pela Igreja, na unidade religiosa e moral que daí por diante vai arrostar todas as reviravoltas da propriedade. E mais: a paróquia permanece como a lembrança e a marca do antigo *fundus*, agrupando mais e mais estreitamente os cultivadores outrora dispersos (122).

66 — A descrição, que procuramos fazer, da conquista espiritual da Ibéria pelos Romanos, ensea-nos ainda algumas considerações.

No processo de romanização encontramos duas oposições fundamentais: norte e sul de um lado e, de outro, cidade e campo.

No sul, isto é, na linha do Tejo para baixo, foi muito pequena a resistência aos conquistadores. É nessa região que se encontram os mais profundos vestígios do esplendor dos Romanos.

A vida, com a chegada deles, passou por largas transformações: distribuíram-se terras, rasgaram-se estradas, desenvolveu-se a vida urbana. Há monumentos, teatros, mosaicos e esculturas, temas, templos de notável esplendor, como o de Évora, arcos, capitéis, delicados objetos de cerâmica, vidros e bronzes.

Do Tejo para cima os povos pre-romanos dividiam-se em tribos esparsas, que ora se digladiavam ferozmente, ora se uniam em vista de perigo comum. Não estavam pois, em condições de beneficiar-se com a organização romana.

Limitaram-se os conquistadores, quando finalmente os submeteram, a estabelecer uma administração geral, respeitando os quadros etnográficos existentes. Aos poucos foram atraindo as populações dos cimos dos montes para os vales e planícies: e assim transformaram em comunidade rural o que antes era comunidade tribal.

A esse respeito é muito sugestivo o estudo da citânia de Sanfins: os vestígios romanos vão aumentando à proporção que se caminha para os vales.

67 — Como lembra o Dr. Leite de Vasconcelos:

“A avaliar do que se conhece, não há, por exemplo, nada ao norte do Douro que se compare ao luxo das termas de Milreu, às esculturas de Beja e Mértola (séc. I em diante), ao já citado templo de Évora, aos lindos espólios funerários do Algarve

(122) Albert Grenier, *Archéologie Gallo-Romaine*, II, Paris, 1934, págs. 940-1.

(Balsa: séc. I a IV), do Alentejo (Alandroal: séc. I ou II) e da Estremadura (Pombalinho: talvez séc. II), ao esplendor do santuário romanizado de Endovelico, perto de Terena (séc. I-IV). Por outro lado, só ao sul do Tejo houve cidades que cunhassem moeda (séc. I); só na riba direita desse rio, e entre ele e o Guadiana, o gosto dos habitantes se comprovou de representações cênicas e de jogos circenses (séc. I-II) — é isto o que consta; nas inscrições meridionais lêem-se menos nomes bárbaros do que nas setentrionais e nas da Beira; das margens do Sado era, ao que se creê, ... o escritor Cornelio Boccho (séc. I)" (129).

Carnoy, que estudou as inscrições hispânicas, observa que são corretas as da Bética e da costa mediterrânea, enquanto na parte central da Lusitânia "en récolle un certain nombre de textes exécutés par des gens peu instruits que laissent échapper des fautes trahissant souvent des traits curieux de leur parler journalier" (129).

68 — A par de agrupamentos urbanos desenvolvidos, a vida florescia na densa rede rural das vilas. Estas eram centros fecundos de vida própria; bastavam-se a si mesmas, o que importa em dizer que se dedicavam à exploração mista: formavam unidades económicas.

As vilas rurais, em meio ao esgotamento das cidades, foram sempre um depósito de novas energias. No campo estava a seiva que, destruída a monarquia visigótica, havia de tudo recompor e repovoar. No campo está a matéria prima, intacta e virgem, que é sempre a esperança e a base de novas agremiações urbanas. Acrescente-se que o ambiente rural não está sujeito à corrupção das cidades e melhor se defende da fúria dos exércitos invasores. É ncles que se não de criar novos centros urbanos; é deles que há de sair a gente necessária à revivescência das cidades assoladas e mortas.

É o carácter de pequenos mundos à parte que vai permitir a sobrevivência das vilas à catástrofe que consumiu os povoados urbanos. Assim, só a terra, gloriosa e fecunda, participa dos bens da eternidade. Os homens que sobre ela passam, quando muito, deixam impressos os sinais de sua ação.

69 — Ao isolamento do campo, aos pequenos agrupamentos humanos da periferia, só chegavam pálidos ecos da vida brilhante e palpitante das cidades.

(129) Vj. as *Religiões*, III, pág. 191.

(129) Vj. *Le latin d'Espagne* (c. à d. d'Hispanie) *d'après les inscriptions*, pág. 11.

Lá a vida era parada e sempre igual: cercavam-na as malhas da tradição secular. Impunha-se sem contestação a força:

- 1) do culto dos antepassados;
- 2) da autoridade dos velhos;
- 3) do isolamento;
- 4) do analfabetismo;
- 5) da sedentariedade;
- 6) do respeito religioso;
- 7) da falta dos contactos.

Ainda mais alheios ao movimento renovador das cidades, estão os povos que habitam a montanha.

São indomáveis as populações montanhesas. A inacessibilidade geográfica torna-as impermeáveis às infiltrações. Levam uma vida rude e ao sabor da natureza; estão presas fortemente à tradição. O isolamento conserva-as durante séculos na mesma rotina. Os contactos são reduzidos; o seu mundo mental circunscribe-se às actividades de todo o dia: em geral dizem respeito aos labores da criação de gado ou da agricultura.

70 — Assim, não pode haver dúvida de que a romanização foi intensa no sul do Tejo e, de modo geral, nas cidades; mas no campo e, sobretudo, em gradação crescente, nas terras para além do Douro, vivia ainda a população indígena, isenta de influência romana.

É preciso não esquecer, também, que a romanização se processou do sul para o norte. É da Bética e do sul da Lusitânia que, à feição de ondas, se dilunde e alarga a civilização romana, que pouco a pouco irá penetrando as terras inóspitas da Galiza e das Astúrias. Foi esse, ainda, o sentido da propagação do Cristianismo, o que mostra a articulação que havia entre as diferentes *civitates* da faixa ocidental da Península.

71 — Ao cerrar este capítulo, dedicado ao período romano, não nos podemos furtar a um sentimento de admiração. É que somos levados a verificar o quão profundas são as raízes de um povo: a superfície lisa pode dar impressão de unidade, mas o âmago permanece inalterável, por mais que sobre ele desabem os séculos e as invasões.

Apesar do brilho da civilização romana, da eficiência da sua organização imperial, a Península permanece dividida. Como ácentua Albertini (130), as três

(130) Vj. a obr. cit., pág. 128.

provincias de que ela se compunha não tinham as mesmas instituições; e ainda em cada uma delas o espirito local e as tradições de cá se mantêm pertinazmente, a ponto de as diversidades regionais se manifestarem nos cultos, nos monumentos funerários e nas esculturas. O historiador francês frisa ainda que se a Gália e a Africa, oficialmente ou não, tinham uma capital (Lugdunum e Carthago), na Hispânia não se encontra esse sintoma de unidade moral: e Tarraco, Emerita e Corduba permanecem como centros distintos, independentes, iguais (126).

É certo que devemos ao génio administrativo dos Romanos a aglutinação e a urbanização dos tribos que, espartas e inimigas, povoavam o território. Mas, sob a nova língua e os novos costumes viviam as antigas dissidências e latejavam os anseios tradicionais. O passado, ainda vivo, iria, afinal, contribuir, larga e profundamente, para a história do futuro.

(126) Idem, *ibidem*. Em sua notabilíssima obra acerca da história social e económica do Império Romano, frisa Rostovtzeff que, ainda no tempo dos Flávios e dos Antoninos, estava muito atrasada a romanização das terras altas da Lusitânia e dos distritos do noroeste. Só se haviam urbanizado superficialmente, e mantinham a divisão em clãs e tribos (Vj. o vol. I da trad. esp., págs. 414-419). Precisamente por essas diferenças de grau de romanização é que Meyer-Lübke procura explicar a independência linguística do catalão.

No nordeste, área onde hoje se fala essa língua, a colonização foi densa e o campo se romanizou — enquanto no resto da Península, mesmo onde se desenvolveu intensa vida urbana (por exemplo na Bética), no campo se manteve, até muito tarde, o estado cultural anterior à conquista. Cf. *Das Katalanische*, 1935, págs. 180-2. Não é, pois, sem razão que Pound concluiu: "Les Romains ne purent jamais arriver à détruire le régionalisme inhérent à la péninsule et qui demeure, encore aujourd'hui, un des traits caractéristiques de l'Espagne." (*Géographie historique de l'Europe*, Paris, 1950, pág. 58)

A LINGUA

I — Há mais de cem anos, ao fundar o estudo comparado das línguas românicas, Diez (1) salientava que elas tinham no latim a sua primeira e principal fonte: mas não no latim clássico, empregado pelos autores (*classischen Latein, dessen sich die Schriftsteller bedienten*) e sim na língua popular dos Romanos, que era usada ao lado daquele (*aus der römischen Volkssprache oder Volksmundart, welche neben dem classischen Latein in Gebrache war*).

A existência dessa língua popular — prosseguiu o Mestre — é tão evidente, que quase não precisa de provas. Apenas, é indispensável compreender que ela não representa senão o uso da língua comum nas classes baixas (*den niedern Redebrauch in einer und derselben Sprache*), caracterizado por pronúncia menos cuidada, emprego de numerosas expressões evitadas pelos escritores, e certas frases e modos de dizer.

É dessa língua popular (*Volkssprache*) que promanam os dialetos românicos, pois a língua escrita, apoiada no passado e só cultivada pelos escritores, não se prestava — pela própria natureza — à produção de novas línguas (*die Schriftsprache als eine auf der Vergangenheit beruhende, nur von den höhern Ständen und den Schriftstellern gepflegte ihrer Natur nach keine neue Production gestaltete*). A língua popular, no entanto, muito mais flexível, trazia em si o germe e a possibilidade de uma evolução determinada pelo tempo (*für eine durch die Zeit gebotene Entwicklung Keim und Empfänglichkeit in sich trug*).

(1) Vj. a *Grammatik der romanischen Sprachen*, I, 5.ª ed., págs. 1 e 2.